



Anais da Assembléia

Nº 60

CURITIBA, TERÇA-FEIRA 26 JUNHO DE 1984

ANO X

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 55.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1984

(Terça-feira)

142/84.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência às Proposições n.ºs 110, 111, 112, 113 e 118/84, respectivamente Vetos aos Projetos de Lei n.ºs 26/83, 157/83, 76/83, 28/84 e 189/83.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja concedida Preferência de Votação aos Projetos de Lei n.ºs 141, 86 e 49/84, e aos Projetos de Resolução de n.ºs 113 e 108/84, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja concedida DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL aos Projetos de Lei n.ºs 02, 24, 25, 33, 35, 38, 39, 44 e 45/84, e aos Projetos de Resolução n.ºs 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23 e 24/84.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa um voto de regozijo pelo transcurso do aniversário da Emancipação Política do Município de Clevelândia, a ser comemorado na data de 28 de junho.

Requer ainda, que da decisão desta Assembléia, se dê ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito daquele município.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de congratulações ao Juiz Dr. Negi Calixto, por sua nomeação para o eminente cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e cuja posse está marcada para a próxima sexta-feira, dia 29 de junho de 1984.

Por seu brilhante passado, em que galgou com a mais alta competência os degraus da Magistratura, e pelo seu não menos brilhante desempenho como Juiz do Tribunal de Alçada, desde maio de 1979 é, indiscutivelmente das mais justas e acertadas a escolha do Excelentíssimo Sr. Governador do

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Acir Mezzadri e Osvaldo Alencar Furtado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE – (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência a verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA – (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE – (Pela Ordem) Sr. Presidente, retiro o meu pedido de verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA – (Pela Ordem) Sr. Presidente, retiro o meu pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) Está aprovada a ata.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º

Estado, que recaiu sobre essa eminente figura que, por certo, haverá de prestar, com a competência de sempre, os melhores serviços ao Poder Judiciário e ao Estado.

Requer, outrossim, que após aprovado o presente requerimento, seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Edmar Luiz Costa, Tadeu Lúcio Machado, Her-
mas Brandão e José Antônio Fonseca.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de louvor ao advogado René Ariel Dotti pelo magnífico trabalho que realizou, integrando as comissões encarregadas da elaboração dos anteprojetos do novo Código Penal Brasileiro e da Lei de Execução Penal. Requer também, se dê ciência da homenagem ao ilustre jurista, o primeiro paranaense a participar de trabalho dessa natureza e dessa envergadura.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

René Ariel Dotti é professor titular de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná e membro da Associação Internacional de Direito Penal; da Sociedade Mexicana de Criminologia; do Instituto Latino Americano de Estudos para a Prevenção de Delitos; membro titular do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça. Em 27 de novembro de 1980, foi incluído na comissão instituída pelo Ministro da Justiça para elaborar projeto de reforma do Código Penal Brasileiro, juntamente com os juristas Francisco de Assis Toledo (presidente), Francisco de Assis Serrano Neves, Ricardo Antunes Andreucci, Miguel Reale Júnior, Hélio Fonseca e Rogério Lauria Tucci.

René Ariel Dotti participou também da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de lei de Execução Penal, comissão esta constituída por Francisco de Assis Todedo, Benjamin Moraes Filho, Miguel Reale Júnior, Rogério Lauria Tucci, Ricardo Antunes Andreucci, Sérgio Marcos de Moraes Pitombo, Negi Calixto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, objetivando a liberação imediata de recursos orçamentários que serão aplicados no recapeamento asfáltico da Avenida Marília, localizada na Municipalidade de Mariluz.

Atualmente é bastante precária a condição daquela avenida que é a principal da cidade de Mariluz, que a cada dia se deteriora cada vez mais. Diante do estado que se encontra aquela via, as lideranças políticas e comunitárias por diversas vezes já encaminharam aos órgãos competentes pedidos tratando do assunto.

No entanto não se tem conhecimento algum de qualquer resposta referente aquele grave problema.

Neste sentido, em uma das sessões realizadas recentemente na Câmara Municipal de Mariluz, o nobre Vereador José Pereira de Oliveira da bancada peemedebista, usando da palavra, abordou novamente o problema da avenida Marília, dizendo na oportunidade que a Prefeitura Municipal não dispõe de recursos que permitam a recuperação total da mesma.

Somente com o apoio dessa Secretaria de Estado dos Transportes é que será possível a pavimentação da Avenida Marília, através da imediata liberação de recursos financeiros.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam tomadas providências urgentes visando a recuperação do acesso da PR-180 à Municipalidade de Moreira Salles, em situação precária, provocada pela erosão.

Já no ano passado, mais precisamente no dia 5 de outubro, apresentei em Sessão Plenária desta Assembléia Legislativa, Requerimento solicitando que essa Secretaria de Estado dos Transportes recuperasse o acesso da PR-180 a Moreira Salles, atendendo na ocasião, solicitação da Câmara Municipal de Vereadores daquela cidade, através do nobre Vereador Jair Bauch.

No entanto, decorridos vários meses, não apenas aquele Poder Legislativo Municipal, mas também a Prefeitura Municipal e inúmeras outras lideranças políticas e comunitárias, continuam a insistir que os cofres públicos do Governo do Estado do Paraná, destine recursos orçamentários capazes de permitir a imediata recuperação daquele acesso, que atualmente representa enorme perigo às pessoas que lá trafegam.

O estado daquele acesso deve-se principalmente à ação de desagregação do solo (a erosão).

Portanto, espera-se o encaminhamento de medidas urgentes dessa Secretaria de Estado no sentido de eliminar os problemas ora mencionados, que inclusive já tem causado por diversas vezes acidentes.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação no sentido de que seja estudada a possibilidade da instalação de um aparelho de telefonia para a Escola Estadual Monteiro Lobato - Ensino de 1º Grau, localizada na Municipalidade de Terra Boa.

De iniciativa da Ilustríssima Senhora Míriam Ribeiro Rafael, Diretora da Escola Estadual Monteiro Lobato, conforme ofício destinado a este Deputado que abaixo subscreve, afirma ser de fundamental importância a instalação de um aparelho telefônico, uma vez que através do mesmo serão agilizados os trabalhos relacionados às atividades daquele estabelecimento educacional, notadamente os administrativos.

Espera-se portanto dessa Secretaria de Estado da Educação juntamente com a FUNDEPAR, avaliem as reais possibilidades de se concretizar o mencionado pedido, sendo que o mesmo não é apenas preocupação manifestada por aquela Direção Escolar, mas também de conjunto de professores, funcionários e estudantes.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da CAFE DO PARANÁ, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura encarecendo a destinação de dois tratores de esteiras que deverão ser utilizados na construção de micro-bacias, bem como na preservação do meio-ambiente localizado na Municipalidade de Nova Cantu.

Através de ações conjuntas praticamente toda a comunidade de Nova Cantu está contribuindo na construção de micro-bacias que se fazem necessárias visando a preservação do meio ambiente.

Para que tais atividades possam se desenvolver com maior eficácia e num menor espaço de tempo, há a necessidade de que sejam enviados dois tratores permitindo que os mesmos possibilitem um trabalho mais abrangente.

Portanto espera-se dessa Secretaria de Estado da Agricultura juntamente com a CAFE DO PARANÁ, determinem o encaminhamento de medidas que venham de encontro àquela justa reivindicação, de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Rosendo Lopes Pena Neto, Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, Doutor Luiz Felipe Haj Mussi, solicitando providências no sentido de que seja feita, de forma imediata e indispensável, a mais criteriosa apuração sobre os incidentes ocorridos durante o comício pelas "Diretas-já", ontem. Principalmente, a ação de elementos facistas, que atuaram com o objetivo de tumultuar a manifestação, bem como, apurar a possibilidade da presença de tais elementos facistas infiltrados nas forças responsáveis pela garantia da segurança pública em nosso Estado.

A par da vigorosa demonstração de patriotismo e ardor cívico da população de Curitiba, ontem, deve-se registrar a lamentável ação de um grupelho facista, com tentativas de provocação, tumulto, intimidação e agressão contra partidos políticos legalizados e não legalizados - em particular, o PT, o MR-8 e o PC do B - presentes àquela manifestação. A atitude de rasgar faixas e agredir populares, se por um lado não conseguiu apagar o brilho e o vigor da participação popular no comício; se, igualmente, não conseguiu impedir a inegável participação daqueles partidos políticos na manifestação e na luta, ao lado de toda a Nação, pelas "Diretas-Já"; revelou todo o inconformismo dos que resistem em reconhecer que a festa acabou e a vontade do povo brasileiro está se fazendo valer. Contudo, histeria sempre foi sintoma de impotência e o desespero apenas deixa patente o completo isolamento destes setores.

Por outro lado, é preocupante a facilidade que teve o grupelho para agir e a dificuldade de uma ação rápida e eficaz da Polícia Militar, identificando e prendendo os agentes provocadores. Há indícios, inclusive, da presença de elementos da Polícia Federal entre os que participavam do grupelho facista.

A possibilidade da existência de um cancro facista infiltrado nas forças responsáveis pela segurança pública no Estado do Paraná, deixa-nos preocupados. Ainda mais, quando

estamos ciosos dos compromissos assumidos pelo governo democrático de José Richa. Sabemos e temos a convicção de que o Doutor Luiz Felipe Haj Mussi comunga destas preocupações. Daí a razão de nosso alerta e o pedido de apuração, além, das necessárias medidas saneadoras.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

Apoiamento: Antônio Anibelli, Nilso Sguarezi, Caíto Quintana, Roberto Requião, Tadeu Lúcio Machado, Djalma de Almeida César, Ironi Pugliesi e Sérgio Spada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Senhor Doutor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando o envio de armas e munição para a Delegacia de Cambira.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Senhor Doutor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando o envio de uma verba para reformas da Cadeia Pública de Itacolomi, Distrito de Cambira.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Senhor Doutor FERNANDO E. GHIGNONE, DD. Secretário de Estado da Cultura e Esportes, solicitando uma verba para a reforma do gramado do Estádio de Futebol do Distrito de Itacolomi, Município de Cambira.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, dirigida ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido de que seja estudada a possibilidade da liberação de recursos orçamentários assim como apoio necessário em termos técnicos, na conclusão das instalações da Escola de Aplicação Professor Nuno e Silva, localizada na Municipalidade de Peabiru.

Há muito tempo que as instalações da Escola de Aplicação Professor Nuno e Silva estão paralizadas pela total falta de recursos de ordem financeira.

Tal conjuntura levou a Câmara Municipal de Peabiru a encaminhar Requerimento endereçado a essa Secretaria encarecendo a liberação em caráter emergencial, de recursos suficientes que garantem a conclusão daquelas instalações.

Diante dos motivos ora discurridos, espera-se dessa Secretaria de Estado da Administração e Emopar, a devida atenção à mencionada reivindicação, atendendo, deste modo as iniciativas do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Peabiru, Olávio Silveira da Silva e de

João Carlos Klein, Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito Municipal daquela cidade.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Superintendente do IPE-Instituto da Previdência do Estado, através do Excelentíssimo Senhor Secretário da Administração objetivando que seja estudada a possibilidade de se instalar uma farmácia para prestar atendimento junto aos segurados desse órgão previdenciário na Municipalidade de Campo Mourão.

Inicialmente vale reiterar a importância da transformação da Agência local do IPE em Campo Mourão para uma Coordenadoria Regional, sendo tal realidade motivo de grande contentamento entre os funcionários públicos estaduais.

É sabido que atualmente o Governo do Estado do Paraná vem destinando praticamente o dobro da porcentagem do orçamento que era aplicado nos governos anteriores na área da Saúde, fato que se relaciona com a significativa melhoria no atendimento prestado pelo IPE.

Dentre as inúmeras melhorias que já em muito tem beneficiado os previdenciários, destaca-se a criação de novas farmácias cujos produtos oferecidos são abaixo das condições dos preços encontrados nos estabelecimentos.

Tendo em vista esta política de elevação das condições de vida dos paranaenses no que diz respeito as metas do IPE, a criação e instalação de uma farmácia para prestar atendimento aos seus segurados, sendo que tal reivindicação não irá atender apenas a cidade de Campo Mourão, mas também aos demais Municípios que integram a Micro-Região 12.

Em razão dos motivos ora apresentados, espera-se desse IPE e Secretaria de Estado da Administração uma pronta avaliação referente ao assunto, que sem dúvida alguma permitirá a prestação de um novo e importante serviço ao conjunto dos funcionários públicos lotados na região de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 155/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O Distrito Administrativo de BELA VISTA no Município de Pitanga, criado pela Lei nº 3.267 de 14 de agosto de 1957, mantida suas divisas, passará a denominar-se Distrito Administrativo de NOVA TEBAS.

Art. 2º — A sede administrativa será fixada no Distrito Administrativo de NOVA TEBAS.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Judiciário de NOVA TEBAS no Município de Pitanga, criado pela Lei nº 4.667, de 29 de dezembro de 1962, tendo em vista o grande desenvolvimento e progresso alcançado desde a sua criação, vem sendo considerado por toda aquela laboriosa população, como a sede do Distrito Administrativo de BELA VISTA. Para se ter uma idéia do desenvolvimento alcançado pelo Distrito de NOVA TEBAS,

verifica-se que no censo realizado em 1980, aquele distrito já contava com 183 edificações e 676 habitantes em sua sede, enquanto o Distrito de BELA VISTA, permanecia com apenas 19 edificações e 71 habitantes em sua sede, o que não justifica a permanência da sede administrativa naquela localidade.

Assim sendo, nada mais justo do que atendermos as reivindicações daquela laboriosa população, que contou com o apoio de todos os Vereadores com assento na Câmara Municipal de Pitanga, ao aprovarem por unanimidade a representação encaminhada àquela Casa de Lei, pelo Senhor Prefeito Municipal, propondo a mudança da sede do Distrito Administrativo de BELA VISTA; para NOVA TEBAS, passando a denominar-se por lei, para Distrito Administrativo de NOVA TEBAS.

Em anexo ao presente Projeto de Lei, encaminhamos cópias de ofícios subscritos pelos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal, bem como a Proposição aprovada pelos Senhores Vereadores e parte da Lei nº 4667/62, que cria o Distrito Judiciário de NOVA TEBAS, de acordo com o estabelecido no artigo 3º da Lei Complementar nº 2, § único da Lei Orgânica dos Municípios.

PROJETO DE LEI Nº 156/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a Ação Social São Vendelino da Paróquia do Espírito Santo, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, está devidamente registrada sob nº 235 no Cartório Privativo de Registro de Títulos e Documentos de Ponta Grossa, desde 19 de março de 1967 e, desde então, vem procurando por todos os meios ao seu dispor, dar assistência moral e material aos pobres, em especial à infância, cooperar na propaganda cívica e religiosa da mocidade e, organizar conferências culturais e científicas, tão somente visando prestar serviços à comunidade carente de recursos, sem quaisquer fins lucrativos, cujas relevantes atividades grangeou-lhe o reconhecimento público municipal, através da Lei Municipal nº 3.596 de 23 de novembro de 1983.

Assim, considerando o preenchimento dos requisitos essenciais para o seu reconhecimento público estadual, que ora propomos, submetemos a apreciação dos nossos nobres Pares, contando com seu apoio e merecida aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, nobres Srs. e Sras. Deputadas. Curitiba, ontem, deu mais uma demonstração inequívoca da disposição dos brasileiros, de conquistarem as inadiáveis mudanças que este País necessita. Desde ontem, com a vigorosa retomada da mobilização popular, que nós não temos dúvidas, será repetida hoje, e amanhã, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Desde ontem, os brasileiros estão mais próximos da conquista das diretas já.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupamos esta tribuna para denunciar os lamentáveis incidentes ocorridos

durante o comício. Um grupelho de fascistóides, herança desgraçada, demonstrando todo o seu desespero e histeria, infiltrou-se na manifestação, com o claro objetivo de tumultuar, de praticar o terrorismo, a agressão indiscriminada deste grupelho facistóide contra populares que portavam faixas de partidos políticos, sejam eles legais ou ilegais, revela todo inconformismo daqueles que percebem, que sua hora está chegando, e, que a festa acabou.

A Nação deseja mudanças. Luta por essas mudanças, e vai conquistá-las. O desespero, a histeria não demonstram nada mais além da importância daqueles que perderam o controle desse País e que querem o derramamento de sangue. Se a agressão do agrupelho de terroristas conseguiu rasgar faixas e bandeiras, de patriotas que manifestavam livremente a sua posição favorável às diretas já, não logrou, porém, Srs. Deputados, intimidar a população que defendeu o direito daqueles que se manifestaram favoráveis.

Não conseguiu e jamais conseguirá impedir que a Nação conquiste a sua independência, a sua soberania, e a sua liberdade traída por esses últimos vinte anos.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a facilidade encontrada por esse grupelho de facistóides em sua ação fascista, a dificuldade da Polícia Militar do Estado do Paraná em identificar e prender estes elementos, deixa evidente a presença do cancro fascista, infiltrado nas próprias forças da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Mais de um companheiro foi agredido. Identificou-se elemento da Polícia Federal entre os agentes provocadores. Tal fato foi, inclusive, denunciado no palanque pelo Presidente do PT, Luiz Inácio da Silva. Um de nossos companheiros, Mário Bacellar, filiado ao PMDB, foi preso pelos próprios agentes provocadores e levado a um módulo da PM, quando ao lado de populares buscava resistir às agressões.

A intervenção de diversos Parlamentares de nosso partido e a pronta ação do Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, possibilitou liberar o companheiro e tirá-lo do constrangimento a que estava submetido. Outra companheira nossa, também filiada ao PMDB, fraturou o pé ao ser covardemente agredida por um desses terroristas.

A gravidade dos fatos ocorridos ontem, e a possibilidade da existência de elementos fascistas infiltrados na Polícia Militar e nas forças que devem garantir a segurança pública em nosso Estado, exigem uma apuração imediata e a identificação de tais elementos, para o seu necessário expurgo. É inaceitável que no Governo democrático do PMDB, no Governo José Richa, tais fatos ocorram. Fazemos desta tribuna um alerta ao Excelentíssimo Senhor Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, no sentido da mais pronta ação neste sentido. Sabemos do profundo compromisso com a democracia que norteia a ação do Secretário da Segurança Pública. Temos a certeza de que ele participa conosco destas preocupações. Por isso, fazemos um apelo para que o mais rapidamente possível seja localizado e expurgado este tumor fascista incrustado no aparelho da segurança pública do Paraná. Temos a convicção de que isto será feito.

Por outro lado, junto com nosso veemente protesto, nossa solidariedade aos companheiros agredidos. Principalmente, nossa solidariedade aos partidos políticos agredidos — legalizados ou não — e a certeza de que a sua luta é a luta e o compromisso maior do PMDB. É a luta de toda a Nação brasileira.

Temos também, a convicção de que a resposta a essas agressões já foi dada ontem. Mais de cinquenta mil brasileiros do Paraná gritaram, vibraram e exigiram as diretas — já. Se é impossível impedir que os rios corram para o mar, se é impossível impedir que o sol nasça todos os dias, se é impossível, como afirmou um companheiro ontem, que após o inverno

cheque a primavera com suas flores e a alegria, é impossível deter a marcha de todo um povo unido rumo à sua libertação. O Brasil quer mudar, quer diretas — já e o Brasil vai mudar. O povo vai mudar o Governo que ainda está de olhos e ouvidos fechados à realidade e aos clamores da sociedade”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Odeni Mongruel. (Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Senhor Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Prime rate” a 13%. Somente com este ato de verdadeiro terrorismo econômico, o Brasil passa a dever mais de US\$ 400 milhões e os países em desenvolvimento um adicional de US\$ 1,2 bilhão.

E por que mais esta sangria de quem quase já não tem sangue para sobreviver?

Simplesmente porque o Governo dos Estados Unidos gasta mais do que tem e para cobrir seus déficits, vende títulos federais acima das taxas de mercado. Os Bancos, remunerando a maior numa ponta os felizes aplicadores americanos, cobram mais na outra ponta dos empréstimos já concedidos aos países em desenvolvimento.

Esta é a perversa ordem econômica vigente no âmbito internacional: pobres subsidiando os ricos.

São os países em desenvolvimento que estão a pagar as contas da corrida armamentista entre as superpotências, das eleições dos Estados Unidos e da incompetência da administração norte-americana.

Aqui no Brasil, o desequilíbrio orçamentário provoca inflação interna; nos Estados Unidos o déficit público leva a um maior endividamento dos países devedores. Internamente, estamos pagando pela nossa incompetência. Externamente, também arcamos com a incompetência alheia. Aqui, os descalabros da Administração Pública tornam o povo mais pobre. Entre os desenvolvidos, a mesma ineficiência deixa os banqueiros mais ricos.

Até quando pagaremos a fatura do enriquecimento ilícito dos países desenvolvidos?

Parece que até quando tivermos Governos inertes ao clamor popular, sem compromissos com os brasileiros e desatrelados aos anseios nacionais.

Senão, vejamos: Qual a reação do Governo brasileiro a mais este ato de expropriação? O Planalto disse que vê a decisão dos bancos norte-americanos com preocupação. A SEPLAN afirmou não estar surpresa. Quer dizer, nada de concreto, e a submissão continua. E o povo, que não foi ouvido, tem que ouvir que a solução é continuar trabalhando e pagando, pagando pelo que não deve e trabalhando por aqueles que não trabalham pela Nação.

Logo agora, depois de Cartagena, quando se imaginava que a união de interesses de onze países latino-americanos com problemas de endividamento externo iria sensibilizar os banqueiros internacionais.

É o que se vê é a provocação acintosa, pois este aumento na taxa de juros ocorre logo depois que estes onze países adotaram a posição conciliatória, defendendo o diálogo e descartando a possibilidade de formação de um clube de devedores.

A decisão dos bancos norte-americanos prova que a comunidade financeira internacional não quer o diálogo proposto. Propõe, isto sim, o confronto e a radicalização.

Assim, a discussão sobre dívida externa parece estar definitivamente encerrada em seu primeiro capítulo. Está

demonstrado que a classe dos banqueiros não tem susceptibilidade para tratar de assunto de tamanha envergadura. Antes que seja tarde, que os técnicos cedam lugar aos políticos. Que os banqueiros dêem lugar aos estadistas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Somente Governos legítimos poderão continuar pedindo sacrifícios à Nação e terão respaldo popular para negociar com altivez com os bancos internacionais.

Já não é hora dos banqueiros. Agora é a vez do povo. Menos sacrifícios. Mais soberania. Menos submissão. Mais independência.

Dignidade, já! Eleições Diretas, já!

Como um único caminho de um pacto social ativo, capaz de podermos fazer frente aos grandes descalabros internacionais na área econômica, que tem endividado sensivelmente os países, fazendo-os responder pela sua própria desigualdade de administração, pela sua corrida armamentista, pelas suas políticas internas, subjugando o Terceiro Mundo, como seus únicos e exclusivos trabalhadores para poder amparar a sua ganância".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Não havendo mais oradores inscritos...

O SR. RUBENS BUENO — (Pela Ordem). Senhor Presidente, eu havia-me inscrito e gostaria de saber se por acaso já está esgotado o número.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa não convidou Vossa Excelência para usar da palavra no Pequeno Expediente, porque não consta da lista de inscrição, o nome de Vossa Excelência.

O SR. RUBENS BUENO — Eu fiz a inscrição, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Tive a oportunidade, em 29 de setembro de 1983, desta mesma tribuna onde me encontro agora, de alertar para a situação de extrema penúria em que se encontram os municípios do Paraná, situação esta devida às graves distorções tributárias que vigem no País, desde 1965. Atualmente o que se constata, é uma renovada gama de motivos para que seja revisto o sistema tributário, pois que, o agravamento da situação econômica ocasionado pela má distribuição de renda, tem atingido de modo particular e constrangente às municipalidades do nosso Estado.

Foi, portanto, com justificada indignação que tomei conhecimento das declarações do Ministro da Previdência, Jarbas Passarinho, quanto a um provável bloqueio da liberação do Fundo de Participação dos Municípios, para aqueles municípios que tem débito com a Previdência Social. Tal declaração, de drásticas consequências, atribuo a um momento de leviana irresponsabilidade do Ministro, talvez em decorrência dos graves problemas administrativos que grassam naquele Ministério.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, na verdade, não podemos tomar a sério uma declaração deste gênero; a sociedade brasileira está ciente da situação de pré-falência dos municípios, verificada pelo crescente endividamento dos municípios, vítimas das transferências de recursos da União vinculados a gastos específicos condicionados à prestação de contas, que ferem o princípio de autonomia muni-

pal; de todos é conhecido, que os municípios ficaram apenas com dois impostos diretos que, por serem de natureza urbana, deles não se beneficia a maioria das comunas, que têm características eminentemente agrícolas.

Foi exatamente, ao compreender a conjuntura em que se encontram as nossas Prefeituras, que naquela ocasião, quando me pronunciei sobre o assunto, apresentei solicitação oficial ao Instituto de Administração Financeira da Previdência Social, bem como à Secretaria de Arrecadação daquele mesmo Ministério, no sentido de que fosse estudada uma fórmula que anistiasse os municípios do pagamento de suas dívidas com o LAPAS, equacionando deste modo este grave impasse. Tal solicitação, que até ao momento não havia sido respondida, veio a sê-lo agora pelas declarações do Ministério.

Mais uma vez, ao invés de tentar remediar os problemas que afligem o conjunto da comunidade brasileira, o Governo Federal vem agravar a situação, num gesto de extrema irresponsabilidade que colocará a "pique" as esperanças dos Executivos Municipais que vêm se empenhando em controlar os entraves administrativos.

O que tem que se ter bem presente, (e ao que tudo indica queremos acreditar que o Ministro não estaria bem consciente disso), é que o Fundo de Participação dos Municípios, recurso repassado pelo Banco do Brasil que varia de 0,8% e 4% conforme o tamanho de cada municipalidade, representa 60% do orçamento dos pequenos e médios municípios, justamente aqueles que estão em débito com a Previdência. Portanto, um corte desta ordem, vem afundar definitivamente na falência estes municípios, que atualmente lutam já com uma redução de 28% do Fundo neste mês, e com um recente aumento de salário do funcionalismo Municipal.

Na verdade, o gesto impulsivo de Jarbas Passarinho configura um verdadeiro confisco aos recursos que estão à disposição das Prefeituras, e que se destinam a áreas prioritárias de atendimento municipal, tais como a Educação, Saúde e Habitação.

Aproveito esta oportunidade para, ao mesmo tempo que denuncio mais esta manobra do Governo Federal que se destina a aumentar a confusão e a desviar a atenção do povo dos assuntos principais que afligem o País, aproveito, como dizia, esta oportunidade, para também solicitar ao Ministro que considere e pese as suas declarações desprovidas da consequência dos reais resultados que tal medida ocasionará.

O Senhor Ministro deve, isto sim, preocupar-se com os destinos dos servidores do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social os quais se encontram em greve desde dia-18 deste mês, lutando pela reposição do seu salário em 64% a partir de janeiro deste ano, piso salarial de três salários-mínimos, reajuste semestral de 100% do INPC, 13º salário para os estatutários e quinquênio para os celetistas. Estas são justas reivindicações de uma classe que está efetivamente desprovida de condições físicas e psicológicas de levar a bom termo seu importante trabalho; não pedem o impossível os servidores do INAMPS, mas sim, meios para que possam viver e desenvolver suas atividades com dignidade.

Solicitamos ao Senhor Jarbas Passarinho que dê a devida atenção para a situação da classe previdenciária, evidenciando, deste modo, a sua preocupação com os destinos da Previdência e Assistência Social, deste País".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Olhando o passado, temos que dele auferir análise para a projeção com relação ao futuro. Depois de tantos brasileiros que no passado sucumbiram, hoje nós, sem qualquer exagero, devemos reconhecer que chegou a hora e a vez do empresário brasileiro.

No começo, os nossos especialistas, em perder, eram os peões que nunca souberam de preços e nem de mercados. Suor abundante e sempre pago a preço vil, ninguém ofereceu resistência ante a histórica exploração dos nossos peões, considerados que foram como uma espécie de certa forma naturalmente condenada à marginalização social.

E o nosso modelo de não resistência inaugurou a despreocupação quando importante setor social acabou sendo fulminantemente marginalizado como se qualquer direito não tivesse.

Depois dos peões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, veio a hora dos percenteiros, dos meeiros, dos colonos que não mais existem. Os nossos trabalhadores rurais perderam-se na marcha para o progresso, sem qualquer direito, sem qualquer perspectiva. Ninguém ergueu a voz. Quando os nossos percenteiros deixaram de existir, quando os nossos meeiros não alcançaram mais espaço, quando os colonos foram deixando vazias as suas moradias, e no máximo o fenômeno foi interpretado sociologicamente como uma consequência daquilo que se chama êxodo rural.

Mais uma vez não houve qualquer resistência; e o tempo foi passando e a marcha irreversível transparecia-se cada vez mais fulminante. Não havia retorno. Era implacável. Desencadeava-se veloz. Não houve fração de minuto, até mesmo para se comover quando chegou a hora e a vez dos chacareiros, dos pequenos proprietários da terra que foram sucumbindo progressivamente ao jugo da monocultura e do latifúndio gritado pelo nosso modelo agrícola.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Se nos indagarmos, onde estão os chacareiros de ontem? Onde estão os pequenos proprietários rurais? E a sua voz também não foi ouvida. Transformaram-se apenas num apêndice a mais dessa nossa história controversa, onde qual tinha e está tendo a sua hora e a sua vez.

E os pequenos donos da terra mudaram de espécie: fizeram-se trabalhadores livres dos campos, dependurados em caminhões bóias-frias, e como das outras vezes, também não se articulou qualquer resistência contra mais esta agressão.

Quando vamos revolvendo as páginas da História Brasileira, nos últimos vinte anos, de lá para cá, os governos militares conseguiram enfiar à custa de muita repetição, conseguiram insinuar na cabeça do povo brasileiro a tese nefasta e hedionda de que os problemas nossos têm solução, mas que a solução dos problemas brasileiros está em entregar os nossos recursos aos poderosos aliados estrangeiros para suprir a nossa falta de recursos.

E a incoerência das incoerências como se os outros fossem velar e administrar melhor do que nós aquilo que historicamente é nosso, aquilo que é brasileiro.

Pode ser, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os governos militares não tenham convencido a ninguém, mas pelo menos, conseguiram, mais uma vez, o histórico objetivo da não resistência, e foi assim que as multinacionais mais audaciosas se fizeram, vieram de início na pele de aliados dos grandes grupos econômicos sociais e, hoje, estão golpeando, implacavelmente, a própria iniciativa privada brasileira.

Hoje, após a bem sucedida estratégia de proletarianização da classe média brasileira, que também teve a sua hora e a sua

vez, não temos qualquer dúvida em afirmar: chegou a hora e a vez do ainda pouco próspero empresário nacional, que também sem qualquer resistência, vai sendo nocauteado impiedosamente.

Mas lembramo-nos de alguns deles, embora sejam tantas as cabeças que já rolaram que muitas delas nem mesmo são lembradas como vítimas do processo de "internacionalização" do Brasil pelos seus ricos aliados do Ocidente. E foi assim que, apenas para lembrar um passado bem recente, que a multinacional Bayer absorveu Laboratório Lorenzini, que era reconhecido como potência indestrutível da iniciativa nacional; foi seguindo o modelo do capitalismo selvagem que a japonesa Mitsubishi aniquilou a empresa brasileira Ata, fabricante de pequenas e médias caldeiras, e nome da mesma rota implacável, que veio progressivamente até tomar conta dos setores econômicos mais importantes da nossa sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, recordam-se de que a Walita era uma empresa brasileira, prosperava a Walita nas mãos de empresários nacionais, até que, através de sórdidos escândalos tramados nos bastidores em que sempre houve a cumplicidade de altas autoridades (algumas das quais nominaremos logo em seguida) conseguiram, através de toda sorte de uma concorrência suja e incoerente, aniquilar a iniciativa empresarial brasileira contra a Walita, até mesmo o concurso de cobre estragado, em nome de monopólios, foi caracterizado como forma de levar ao descrédito a empresa brasileira. Hoje a Walita existe. Só que não é brasileira. Foi cair nas mãos da Philips holandesa, numa demonstração clara de que nós, brasileiros, temos sim que volver os olhos para a História e entender o dia a dia que aí está. E gritar — enquanto temos força — porque a luta é contra a soberania do Brasil. É contra tudo o que é nacional. É contra o direito de crescimento de nossa terra, interpretada que está sendo, historicamente, como um curral em cima do qual cresce a prosperidade dos grupos internacionais.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado? (Assentimento)

Nobre Deputado Tadeu França, tão somente para parabenizá-lo pelo discurso brilhante que faz nesta tarde. Gostaria apenas de acrescentar que este caos econômico, este caos político que a Nação brasileira vive e respira no dia a dia de hoje, provocado por uma Revolução, de 64, que tanto prometeu ao povo brasileiro.

Até no bojo da Revolução havia promessas de uma Reforma Agrária, mas que infelizmente foi sendo amenizada por uma sucessiva criação de órgãos burocráticos e, porque não dizer, fúteis, de IBRA, INDA, depois INCRA, para acabar encravado.

Hoje vivemos, no Estado do Paraná, um dos mais graves problemas da situação fundiária, em que estes colonos bravos, que vieram do Rio Grande do Sul pelo oeste catarinense, sediaram-se no Oeste e Sudoeste do Estado. E os colonos chamados do Norte do Estado, São Paulo, Minas Gerais, que vieram trazer progresso às fazendas de café, aos sítios de café do Norte do Estado, como tínhamos aqui no Paraná praticamente uma Reforma Agrária já realizada em que médios e pequenos produtores faziam o progresso de uma Nação toda, de repente vemos o Paraná com gravíssimos problemas fundiários. Invasão de terras em Mangueirinha, colonos expulsos pela Itaipu; São Miguel do Oeste, sediado por agricultores sem terras, quando já tínhamos aqui a prosperidade garantida.

Tudo isto por culpa do modelo agrícola, por uma falsa modernização da agricultura importada por este mesmo modelo agrícola. Um modelo agrícola atrelado aos interesses de um modelo econômico que não visava outra coisa do que atender a

exportação cada vez maior de produtos agrícolas brasileiros por um preço cada vez menor. Um país agrícola que nunca investiu na agricultura. Um país agrícola que dizia ter juros subsidiados da agricultura mas era uma grande mentira, uma grande farsa.

Durante vinte anos conseguiram enganar o povo, principalmente o povo camponês brasileiro. Porque, na verdade, havia apenas uma autorização do Banco Central, para lançar mão dos depósitos em conta corrente dos bancos para, a custo zero, passarmos à agricultura a 3, 4, 5 por cento, como sendo juro subsidiado.

Depois que a especulação financeira, depois que se entregou o país ao caos, ao colapso do poder econômico, retirou-se o subsídio que não existiu e passou-se a aplicar o mesmo juro à agricultura e passou-se a criar a concentração da terra, passou-se a criar a concentração do capital, deixando à margem e criando a figura vergonhosa para nós paranaenses do bóia-fria, a figura vergonhosa para nós paranaenses do homem sem terra.

Vossa Excelência está de parabéns ao focalizar com assertiva o problema maior do brasileiro, que é o poder econômico que se não fosse através de eleições diretas, se não fosse através da mudança do modelo político, conseguiríamos alterar o modelo econômico, talvez a nossa luta pelas eleições diretas já, seria inútil, mas o cerne da questão é realmente o entreguismo, é derrubar realmente os lesa-pátrias que se encontram aninhados em Brasília.

Vossa Excelência está de parabéns e tem o nosso apoio em seu discurso.

Muito obrigado.

O SR. TADEU FRANÇA — Agradeço seu aparte, Deputado Gernote Kirinus, que muito enobrece este pronunciamento.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltando os olhos ao nosso passado recente, quem se lembra da CODIMA, próspera empresa brasileira, a CODIMA há alguns anos que foi expirar nos braços da multinacional Brown Boveri.

Será que alguém se recorda do nome Amâncio de Souza, Presidente da DISBRÁS (Distribuidora de petróleo e derivados) empresa genuinamente brasileira, sumariamente vitimada por complicada trama, cujos autores foram seus colegas da ESSO, SHELL, TEXACO, MOBIL OIL, ATLANTIC e outros.

Será que os brasileiros se recordam da corrida de generais para a presidência de grupos econômicos dos ricos "aliados" do Brasil? Pelo menos os mais velhos não conseguiram esquecer-se de nomes como General Juracy Magalhães, do Ministério das Relações Exteriores; de Castelo Branco e muito bem regado presidente da multinacional ERICKSON, por ironia ERICKSON DO BRASIL S/A.

Em nossa história, Srs. Deputados, os oficiais do exército brasileiro, filtraram a imagem do patriotismo, mas também entre eles houve quem aceitou a postura de vendilhão da pátria, aliando-se servilmente a poderosíssimos grupos econômicos multinacionais que estão asfixiando a iniciativa empresarial brasileira, hoje em estágio de aberto retrocesso. Repetiram a lição da África negra aberta ao mundo para a escravidão, porque inúmeros caciques aliaram-se aos interesses dos traficantes, e permitiram a algema nos pulsos de seus irmãos de sangue. Imagem de retórica, de forma alguma. O que é que fez, por exemplo o Coronel Igino Corcetti, ex-Ministro das Comunicações do Governo Médici, quando foi aceitar ser diretor da filial da Nippon Electric Corporation do Brasil S/A., será que a postura de testa de ferro desta multinacional japonesa seria

apenas a paixão pelos olhos oblíquos dos orientais, nós não podemos esquecer o passado recente.

O Brasil está à espera de lideranças políticas e militares, nas quais possa de fato confiar. Quer-se generais de carne e osso, onde circula o sangue do patriotismo sem reservas. Estamos fartos de oficiais padrão multinacionais; dominantes aqui dentro mas dominados lá fora, pelo jugo incoerente aceito na garganta, em nome da fria e silenciosa cumplicidade selada contra os interesses brasileiros.

Estamos fartos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de generais tipo Golbery, o Couto e Silva, bruxo imortal de todos os governos revolucionários e atual conselheiro do Sr. Paulo Salim Maluf, que chegou a renunciar a direção do SNI para assumir antipatrioticamente a presidência do poderosíssimo grupo nacional intitulado "Dow Chemical".

E a tudo isto, Srs. Deputados, o Brasil tem assistido calado, sem oferecer qualquer resistência. Vieram na pele de aliado da burguesia brasileira, essa mesma burguesia que agora também vai sucumbindo a olhos vistos, um a um, milhares e milhões de vítimas, e agora chegou a vez do ainda ontem grande empresário brasileiro, acuado, batido, endividado pela concorrência desleal com as multinacionais, ele vai se familiarizando cada vez mais com o desejo, o sonho de vender o que possui, pagar as dívidas e viver em paz na beira do oceano, até que as coisas possam mudar. Mas de novo, continuam a oferecer resistência. E o nosso empresário, apenas se queixa de que hoje em dia é difícil ser empresário neste País, só que eles também nada fizeram, quando no começo do ciclo da falência brasileira, os peões foram os primeiros que foram vitimados. Hoje, mais do que nunca, o empresariado brasileiro também tem que dar-se as mãos e descobrir que os seus inimigos são os trustes internacionais, que vão solapando nossas bases econômicas. O empresário brasileiro precisa se aperceber de que a encruzilhada não tem retorno. A marcha sempre foi, é e haverá de ser anatematizada pelos nomes estrangeiros que ficaram atrás de si ainda há pouco.

Para ilustrar, com mais alguns exemplos: a LACTA deixou de ser empresa brasileira e é hoje norte-americana, o Frigorífico Anglo, que vai somando latifúndios no Brasil, chegou até a assumir o nome de Fazenda São Sebastião, para que a população brasileira não perceba que nossas terras são progressivamente registradas como propriedade internacional.

É interminável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o ciclo do aniquilamento da economia brasileira, apenas mudam os atores, mas não a estratégia, moldada e consolidada no aço retinto do capitalismo selvagem. A Miojo, Macarrão-Brasileira é outra empresa que já fechou o seu ciclo; capitulou ante a multinacional AJI-NO-MOTO.

E até mesmo certos nomes mais populares: as Sardinhas Coqueiro, nem elas foram poupadas, hoje são propriedade de um grupo francês poderosíssimo.

A marcha da internacionalização do Brasil é inesgotável, sem limite. Nossos fabricantes de manteiga, onde é que eles estão? Pereceram há muito tempo, massacrados pela campanha de que era muito mais barato importar margarinas norte-americanas, Claybon, Anderson-Clayton, do que estimular a iniciativa brasileira. E foi assim que as margarinas do "Tio Sam" comandadas pela Nestlé acabaram liquidando a iniciativa até mesmo dos fabricantes brasileiros de manteiga.

Poderíamos de longe, Srs. Deputados, as Massas Ária, hoje são canadenses e até mesmo a Petibom tradicional produto do grupo Matarazzo, está sendo agora adquirida por outro grupo multinacional.

Os exemplos multiplicam-se ao infinito. Poderíamos ilustrar com páginas e páginas a criminosa trama dos grupos internacionais contra o povo brasileiro.

Mais do que nunca a luta pelas "Diretas", ainda ontem festejada nas ruas de Curitiba, é uma luta contra a retomada do pouco de nacional que nos resta.

É hora de acordar, Brasil.

Estão conseguindo liquidar até mesmo o que para nós era uma fortaleza inexpugnável: o grande empresário brasileiro.

É preciso abrir os olhos para o pouco ou quase nada que nos resta, pois nossos valores, progressivamente estão desaparecendo, e nós não podemos repetir a omissão do passado. É preciso que se ofereça resistência, porque depois da hora e da vez do empresário brasileiro que vai se acumulando em termos de empréstimos nas agências financeiras, é preciso vasculhar e seria muito fácil trazer nesta Casa o número astronômico das empresas paranaenses que tentam junto ao BADEP, uma derradeira forma de sobrevivência porque não estão resistindo a este mesmo e implacável modelo econômico gerado, permitido, com a omissão, com a covardia, com o impatriotismo daquilo que foi a Revolução de março de 64.

O Sr. Rubens Bueno – Vossa Excelência permite um aparte, Deputado Tadeu França? (Assentimento).

Vossa Excelência ao trazer o assunto da desnacionalização das nossas empresa, é bastante coincidente que neste dia o Deputado Paulo Furiatti está em Brasília, junto à Comissão de Saúde, fazendo um debate com os assessores do Ministro Delfim Neto, Ernani Galvêas "et cetera", em que eles defendem uma nova legislação para favorecer as multinacionais, no setor de fabricação de agrotóxicos.

O Deputado Paulo Furiatti, com a firmeza da sua convicção e da sua autoridade como conhecedor da matéria, está brigando para que não venha a se desnacionalizar, ainda mais, a indústria brasileira.

É mais grave do que isto, está lá, lutando para que as multinacionais dos setores de agrotóxicos não venham a trazer males, como já trouxe, não só ao Paraná como aos outros Estados, não só matando muitos trabalhadores rurais, como também sacrificando, aos poucos, a vida desses trabalhadores.

Então, eu parabeno Vossa Excelência pela oportunidade deste pronunciamento, lembrando que um colega nosso está nesse momento defendendo, não só as empresas nacionais, como também mais segurança para os setores que infelizmente o Governo entregou agora, num último acordo feito com o Fundo Monetário Internacional, não só entregou as empresas desse setor de agrotóxicos, como também as empresas e outros setores da vida nacional.

Muito obrigado.

O SR. TADEU FRANÇA – Deputado Rubens Bueno, nós é que agradecemos o seu aparte e desejamos ao Deputado Paulo Furiatti, que seja uma voz que venha a ter eco, porque no passado, o modelo dos trustes internacionais continua articulando a mesma estratégia.

Os nacionalistas sempre foram identificados como terroristas, subversivos, homens perigosos, comunistas, e uma trama outra de qualificativos, para que eles pudessem liquidar as fontes patrióticas que se colocavam em defesa do interesse nacional.

Porque, Deputado Rubens Bueno, Sr. Presidente e demais colegas, se não oferecermos resistência, trustes internacionais

não hesitarão em arrebatá-lo, por derradeiro, até mesmo o verde e amarelo da nossa já combalida e desbotada Bandeira Nacional.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Fiori Luiz) A Presidência consulta a Liderança do PMDB se fará uso do horário.

Com a palavra, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O último aumento da gasolina, forçosamente, determinará um novo reajuste nas passagens do transporte coletivo.

Ainda há pouco, o Deputado Adhail Sprenger Passos comentava comigo que uma passagem de ida e volta a Brasília, de ônibus, está custando 98 mil cruzeiros.

Ora, se fizermos o cálculo desse novo repasse do exagerado aumento do combustível, vamos ver que, na verdade, hoje, para se empreender qualquer viagem, terá a pessoa que ter, na verdade, uma renda muito boa, porque o transporte está ficando proibitivo aos que ganham salário mínimo e às pessoas de baixa renda.

Ora, isto passou a ser, na verdade, um problema social. E como o Governo do PMDB tem se conduzido no aspecto do transporte coletivo? (Lê):

"Indiscutivelmente o transporte coletivo hoje é mais um problema social que econômico. Nesta ótica, algumas medidas tomadas pelo Governo do PMDB, comprovam a preocupação com o social, com o homem e não apenas com os números frios do aspecto financeiro e econômico.

Eis algumas medidas tomadas pelo DSTC:

1. Recadastramento (ou remedição) de todas as linhas de transporte de passageiros do Estado iniciando em junho de 1983, e concluído em abril de 1984. As linhas são em número de 713 distribuídas em sessenta empresas: 15 na Região Metropolitana de Curitiba, com 13 municípios e 45 na Região Rodoviária ou linhas intermunicipais de longo curso.

Verificou-se que estavam sendo computados a mais, 4.571 km. Isto porque muitas estradas foram retificadas e pavimentadas e não se pensou em diminuir a quilometragem. Por isso, o DSTC considera que parte da culpa neste erro cabe ao próprio Departamento que, criado em 1977, nunca levou em consideração esse fato. É claro que outra parte da culpa cabe às empresas de transporte de passageiros que, desde 1977, recebiam a mais pelos serviços que prestavam.

O que aconteceu foi que, já na revisão tarifária de junho de 1983, houve diminuição da quilometragem na região metropolitana, a qual foi dada prioridade para remedição.

Houve casos na Região de Curitiba, que, mesmo com um aumento de 11,68 por cento na tarifa, o custo das passagens foi diminuído e em outras o custo foi mantido o mesmo.

Na revisão tarifária de dezembro de 1983, constatou-se a diminuição de 3.651 quilômetros nas linhas de transporte coletivo (metropolitanas e rodoviárias).

No momento, em convênio firmado entre a Secretaria de Estado dos Transportes e Secretaria de Estado do Planejamento e a Prefeitura Municipal de Curitiba, estuda-se a racionalização do transporte na Região Metropolitana de Curitiba com o remanejamento das linhas, construção de terminais rodoviários e implantação de tarifa única por empresa.

2. REVISÃO TARIFÁRIA EM JUNHO DE 1984:

Em acordo feito com as empresas a revisão tarifária é feita duas vezes por ano, nos meses de junho e dezembro. No entanto, sempre que haja aumento no preço dos combustíveis é feito um repasse desse aumento para as tarifas. O combustível representa 20,4% do custo da tarifa (o pessoal representa 37,5%).

Com o aumento verificado em junho corrente de acordo com a revisão tarifária feita, constatou-se um acréscimo de 46,95% nas linhas metropolitanas, 47,5% nas linhas rodoviárias em estradas pavimentadas e 48,1% nas estradas sem pavimento. Mesmo assim, no período de março de 1983 a junho de 1984 o reajuste das tarifas metropolitanas foi inferior em 7,02% ao salário mínimo no mesmo período enquanto que nas linhas rodoviárias o percentual de aumento coincidiu com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Mais: em 1º de março de 1983, a tarifa metropolitana correspondia a 14,26% do salário mínimo e em junho de 1984 essa percentagem decresceu para 13,89%. Só que agora, infelizmente, com esse repasse que terá que ser dado com o aumento do combustível, esses números já foram superados.

3 - PASSAGEM PARA IDOSOS:

A Prefeitura Municipal de Curitiba está fazendo o cadastramento das pessoas idosas (acima de 65 anos) para fornecimento de passagem gratuita na zona urbana. Ao fazermos a revisão tarifária que passou a vigorar a partir de 01/06/84, o Secretário de Estado dos Transportes, Deputado DENI LINNEU SCHWARTZ propôs estender esse benefício para os usuários da Região Metropolitana de Curitiba (os 13 municípios já cadastrados). Assim o idoso (com mais de 65 anos) que receba no máximo 1,5 salários mínimos, residindo em um desses 13 municípios pode fazer seu cadastramento no Edifício da Secretaria dos Transportes, à Avenida Iguazu, n.º 420.

Para cada interessado faz-se uma ficha com os dados de idade, rendimentos, residência, fornecida uma carteira (com o mesmo número da ficha) e 20 (vinte) passagens por mês. Essas passagens levam também o mesmo número da ficha e carteira.

Não há horário fixado para uso da passagem pelo usuário e, se sobrarem em um mês servem para ser usadas no mês subsequente.

Entramos em contacto com todos os Prefeitos dos Municípios da Região Metropolitana para fazermos, um dia em cada Municipalidade, o cadastramento dos interessados que, por qualquer razão não possam se locomover até Curitiba.

O cadastramento em Curitiba, porém, não será interrompido nesses dias. Junto ao ofício-circular que foi remetido aos Prefeitos, foi um calendário do dia em que o pessoal do DSTC estará em cada município para cadastrar, conforme informa o Diretor Engenheiro Darci Gomes de Moraes.

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril p.p., nesta capital, foi feito um termo de compromisso firmado entre os Municípios de Curitiba e as Empresas executantes de Transporte Coletivo Urbano, onde obrigam-se a transportar gratuitamente em seus veículos, pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco anos) de idade e cujo rendimento global, não exceda ao equivalente a 1 e 1/2 salário mínimo regional.

As pessoas beneficiárias receberão 20 (vinte) passagens mensais, onde poderão usá-las para qualquer lugar onde desejarem ir.

Este trabalho vem sendo realizado em Curitiba, a mais de um mês, e, nada menos que 6.000 idosos, cujas rendas se situam na faixa até um salário mínimo e meio, já foram cadastrados na Prefeitura Municipal de Curitiba para se beneficiar desta medida.

Isto porém, não impede que continuemos lutando por estas pessoas.

Sem contarmos os "VELHINHOS" com mais de 65 (sessenta e cinco) anos que não recebem nem 1 e 1/2

mínimo e sim 27.000,00 (vinte e sete mil cruzeiros), aproximadamente que são aposentados pelo FUNRURAL.

A Prefeitura Municipal organizou os idosos em grupo, e ali podemos constatar as dificuldades dessas pessoas que se reúnem todas as tardes, após as 14:00 horas, para fazer trabalhos manuais, ou seja, coser, bordar, confeccionar chinelos, tapetes, tricotar etc, para vender nos arredores de Curitiba ou até mesmo em bazares, em que a própria Prefeitura se encarrega de fazer a colocação.

Estes trabalhos são dirigidos por Dona ROSI SCHUBAK Instrutora de Artes, e, Dona MARIZA GIACOMINI, Assistente Social, estas duas funcionárias do DDS - Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Curitiba. Relatando então a preocupação com o social, que é um dos pontos importantes do programa do PMDB.

Visitando tais grupos de idosos, o depoimento é unânime que não tem nenhuma condição de trabalho, nem mesmo como diaristas, pois a idade já está muito avançada para qualquer trabalho. E muitas dessas pessoas relatam que são aposentadas do FUNRURAL, e ganham a insignificância de 27 mil cruzeiros, a título de aposentadoria. Por isso, Senhores Deputados, é importante que nós tenhamos presentes, que hoje, a posição do idoso, do inativo, deve ser realmente considerada.

Digo isto porque, com muita demora, o nosso governo acabou de remeter à Assembléia Legislativa, a Mensagem que trata de dar um novo diploma legal do Paraná, às pessoas idosas, aos inativos.

Por isso, eu concito aos Senhores Deputados, de que neste recesso procurem obter uma cópia, uma xerox desta Mensagem do Poder Executivo, e possamos elaborar aqui na Assembléia, realmente em Estatuto do Idoso, que traduza, que represente, e que dê a compensação a essas pessoas que deram, e que se empenharam como servidores do Estado do Paraná.

É importante que tenhamos presente esta problemática do social, e que possamos aqui nesta Assembléia legislar com esta preocupação para com o homem, a pessoa humana, e principalmente, daquelas que pela avançada idade já não dispõem da mesma capacidade de mobilização, da mesma capacidade de pleitearem e de reivindicarem os seus direitos, que aqueles que estão em atividade, que aqueles que estão nas fontes de decisão, porque isto é uma constante lamentável que se verifica no Brasil.

Depois que a pessoa não está mais na atividade, ela passa a ser desconsiderada. É o que ocorre hoje na Previdência Social neste País, em que lamentavelmente existe um Ministério da Previdência Social, e não dá a devida atenção as nossas pessoas, que já avançando na idade, e já como digo eu, sem estarem nas fontes de decisão, ou na atividade permanente junto às fontes de poder, não dispõem mais dos recursos, para fazerem valer os seus direitos.

Por isso, acreditamos nós do PMDB, que é uma preocupação constante do nosso governo, de todas as formas que ele possa dar às pessoas idosas, uma consideração. Acreditamos de que isso talvez, seja muito mais importante do que até obras materiais que se possa fazer.

Em Curitiba, realmente há um projeto social de muito alcance, esse que permite às pessoas idosas terem o transporte gratuito. Há que se considerar aqui, e louvar também a consideração, digo, a colaboração das empresas de transportes coletivo, que sentiram, na verdade que esta colaboração, que esta participação junto ao poder público, junto ao poder concedente, é um ponto muito importante numa conquista social que nós acreditamos que se o Governo se empenhou por ela, na verdade a nível de Estado, não teríamos força para implantar se não houvesse a colaboração do empresário no transporte coletivo.

Por isso eu faço questão de frisar e que muito embora o

poder público se preocupe para que a atividade privada, para que o concessionário do transporte coletivo, tenha os seus direitos garantidos como agora se faz, quando o DSTC discute e entrega as empresas para receber sugestões do novo regulamento do transporte coletivo no Estado do Paraná, é muito importante que a participação do empresário se faça sentir, porque como eu digo, hoje o transporte coletivo não é mais mero aspecto de número ou de uma atividade econômica, mas passa a se constituir realmente num grande problema social.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência e Vossa Excelência deve estar lembrado que quando o Governo, que Vossa Excelência lidera nesta Casa, mandou mensagem ao Poder Legislativo, instituindo não o 13.º salário, mas aquela gratificação a título de 13.º salário, nós fomos dos primeiros a cumprimentar o Governo de Vossa Excelência, porque a nossa Bancada tentou, infrutiferamente no passado, com o nosso Governo, conceder ao funcionário público do Estado não só o 13.º salário, mas também o reajuste semestral, porque nós sempre entendíamos, como continuamos entendendo, que o Governo - quando falo Governo, é pessoa jurídica do Governo - usa sempre de dois pesos e de duas medidas, obrigando o empresário, obrigando a iniciativa privada a reajustar os vencimentos de seus funcionários semestralmente, obrigando ao pagamento do 13.º salário e até do 14.º na forma da contribuição do PIS.

Entretanto, para os seus funcionários, o Governo desumanamente esquece de tornar extensivos esses benefícios.

Então, tão logo, Vossas Excelências assumiram o Governo, tiveram este gesto nobre para com o funcionário público do Estado.

Eu fui à tribuna, porque nós devemos sempre elogiar as boas ações, mesmo partindo dos nossos adversários políticos e devemos criticar, inclusive os nossos companheiros políticos, quando as medidas tomadas pelo nosso Governo não correspondem aos anseios da população.

Da mesma forma eu quero hoje deixar aqui consignado nos Anais da Casa, o meu reconhecimento pela forma com que o Governo de Vossa Excelência tem encarado a questão dos idosos, não só ao funcionário aposentado que foi criminosamente relegado ao abandono no nosso Governo, não por culpa de nossa Bancada, porque nós cobrávamos insistentemente do Governo melhorias substanciais ao servidor aposentado, porque o servidor aposentado paga o mesmo preço do leite, do pão, da carne, enfim, dos artigos de primeira necessidade que o funcionário da ativa. Entretanto, seu vencimento está sempre defasado e hoje recebe quantias irrisórias que até, como Vossa Excelência citou, dá vergonha a gente saber que o Estado paga vencimentos dessa ordem aos seus aposentados. Esquecido, estava esquecido, como entidade jurídica do que representou esse funcionário quando na ativa, para o desenvolvimento do Estado.

Então Vossas Excelências tiveram essa preocupação. Na política militar do Estado, os nossos tecnocratas só tratavam de beneficiar de capitão para cima. Vossas Excelências realmente lembraram dos postos menos graduados da polícia militar e agora na questão do idoso, o programa social do PMDB é muito bom. Lembrou-se daquelas pessoas que nós temos que cultuar pelo muito que eles representaram no passado, pelos ensinamentos que proporcionaram a nossa geração ou às futuras gerações. O idoso neste País é pessoa relegada ao mais completo abandono, ao esquecimento, inclusive pela própria família. É necessário que o Governo, como entidades públicas, venha em favor do idoso com medidas como essa, que são no momento, paliativas, mas são um bom começo para se caminhar - um quilômetro se começa com um

metro. Então, essas medidas ainda não são completas em favor dos idosos, mas é um início de um programa que contará com o nosso apoio, contará com o apoio de todos os homens de bem. Porque é, realmente, a nossa obrigação, é nosso dever emprestar à pessoa idosa toda a nossa colaboração como forma de reconhecimento e agradecimento pelo muito que fizeram no passado. Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e principalmente pela colocação que Vossa Excelência faz, em reconhecer que embora poucos, mas já se pode apresentar alguns avanços nesta área do social. Por isso Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu alerto a Casa de que o Executivo enviou a Mensagem dos inativos do Estado. Na verdade, eu mesmo subscrevia requerimentos com vários dos Senhores Deputados em mais de uma ocasião, cobrando do Executivo o envio desta Mensagem o mais depressa para que nós pudéssemos implantar, de vez, este tratamento igualitário aos inativos.

Mas, na verdade demorou muito. E é importante então que esta Assembléia, sirva-se deste recesso Senhores Deputados, para analisarem essa Mensagem afim de que possamos logo na primeira semana de agosto, esta é a intenção da Liderança do PMDB, convocar os Senhores Deputados para que na primeira quinzena de agosto saia a Mensagem aprovada ao Executivo e nós possamos ver sancionada a matéria, a fim de que não se demore mais tempo.

Por isso eu faço um apelo aos Senhores Deputados, para que procurem se inteirar do conteúdo desta Mensagem, que foi estudada criteriosamente, mas que acredito possa receber muita contribuição da Casa para que, realmente, nós tenhamos esta preocupação e este tratamento humano com as pessoas que vencidas pela idade, já não podem mais dar a sua força de trabalho mas, nem por isso, devem ser desconsideradas com a dignidade de criatura humana e com os recursos financeiros que o Estado tem a obrigação de lhes alcançar, para que possam terminar suas vidas com dignidade e condições aceitáveis para um governo que se preocupa tanto com o social.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa consulta à Liderança do PDS se fará uso do Horário que lhe é destinado. Tendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei n.ºs 141, 86 e 49/84, e aos Projetos de Resolução de n.ºs 113 e 108/84, constantes da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 141/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 123/84), que objetiva majorar em 70% (setenta por cento), os vencimentos do Funcionalismo Público Civil e Militar do Estado, à partir de 1.º de julho de 1984, com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., e C.R.H., com EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA

AO PROJETO DE LEI Nº 141/84.

1) O texto do Projeto de Lei nº 141/84, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º. — Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, ficam fixados, a partir de 1º de julho de 1984, de acordo com os valores constantes das tabelas anexas.

Art. 2º. — O valor unitário do salário família, atribuído ao funcionalismo estadual fica fixado em CR\$ 3.408,00 (três mil, quatrocentos e oito cruzeiros).

Art. 3º. — O valor mensal das pensões especiais, previsto no art. 3º, da Lei nº 7.825, de 29 de dezembro de 1983, fica fixado em CR\$ 44.961,00 (quarenta e quatro mil, novecentos e sessenta e um cruzeiros).

Art. 4º. — A gratificação de produtividade de que trata o art. 4º, da Lei nº 7.825/83, fica majorada em 70% (setenta por cento), desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 5º. — Os valores atingidos pelo art. 5º, da Lei nº 7.825/83, ficam majorados em 70% (setenta por cento) desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 6º. — As disposições desta Lei, aplicam-se no que couber ao pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o servidor tenha sido inativado ou colocado em disponibilidade.

Art. 7º. — Os vencimentos dos cargos não abrangidos especificamente pela tabelas anexas a presente Lei, ficam majorados em 70% (setenta por cento) sobre os vencimentos vigente em janeiro de 1984.

Art. 8º. — O parágrafo único, do artigo 5º, da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ Único — Aos funcionários de que trata este artigo é vedada a percepção das vantagens a que se referem os incisos II, III e X, do art. 172, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 9º. — Para assegurar a manutenção do Plano de Cargos instituído pela Lei nº 7424, de 17 de dezembro de 1980, fica o Poder Executivo autorizado a transformar, dentro da Parte Permanente do Quadro Geral, os cargos vagos constantes no referido Quadro, desde que não resulte em aumento de despesa.

Art. 10. — Ficam incluídos dentre as categorias funcionais mencionadas no art. 1º, da Lei nº 7507, de 15 de outubro de 1981, os Professores em efetiva regência de classe no Ensino Supletivo de 1º Grau, FASE I.

Art. 11. — Ao professor aposentado com o benefício da incorporação aos proventos, da média de aulas suplementares, fica assegurado o mesmo percentual existente na época da aposentadoria entre o vencimento base dos proventos e a referida média, aplicando-se o referido percentual sobre o vencimento correspondente ao cargo efetivo do Professor, para fins de pagamento da já mencionada média de aulas suplementares.

Art. 12. — O art. 7º, da Lei nº 7787, de 21 de dezembro de 1983 fica acrescido de um parágrafo único com a seguinte redação:

§ Único — O disposto no presente artigo não se aplica aos servidores que, ao se inativarem, tiverem o cálculo do prêmio de produtividade elaborado na forma do art. 7º, da Lei nº 7.540, de 08 de dezembro de 1981.

Art. 13. — O vencimento mensal dos cargos em comissão de Secretário de Estado, Chefes das Casas Civil e

Militar e Procurador Geral do Estado ficam fixados em CR\$ 1.482.655,00 (hum milhão, quatrocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco cruzeiros).

§ Único — Os cargos em Comissão de Subchefes da Casa Civil, Diretores Gerais de Secretarias de Estado, da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado, bem como os de Secretário dos Tribunais de Justiça e Alçada, passam a pertencer à Simbologia DAS - 1.

Art. 14. — O Vencimento mensal do cargo de Procurador do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, fica fixado em CR\$ 1.408.521,00 (hum milhão, quatrocentos e oito mil, quinhentos e vinte e um cruzeiros).

§ Único — Fica vedada, aos ocupantes dos cargos a que se refere este artigo a percepção da vantagem a que se refere o inciso III do Art. 72, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 15. — Ficam criadas na Procuradoria Geral do Estado, os seguintes cargos de provimento em comissão: 01 (um) de Assessor, símbolo DAS - 5; 01(um) de Assessor símbolo 1 - C; e 01 (um) de Assistente, símbolo 15 - C.

Art. 16. — O funcionário que, por necessidade do serviço, houver deixado de gozar férias em períodos anteriores ao exercício de 1984, terá assegurado o direito de contá-las em dobro, na forma prevista no "caput" do Art. 150 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, desde que faça protocolar requerimento junto à repartição em que estiver lotado, dentro do prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, a contar da data da vigência desta Lei.

Art. 17. — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais até o limite de CR\$ 290.000.000.000,00 (duzentos e noventa bilhões de cruzeiros) para atender as despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive as decorrentes da aplicação desta Lei, servindo como recursos para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 18. — Fica acrescido ao § 2º do art. 8º da Lei nº 7772, de 13 de dezembro de 1983, o item V, com a seguinte redação:

"V. anulação parcial ou total de dotações em um mesmo órgão, desde que não alterem o montante das categorias econômicas".

Art. 19. — Fica incluído no anexo I, do Grupo S-Semi Profissional, da Lei nº 7424, de 17 de dezembro de 1980, o código S-20 Categoria Funcional de Fiscal de Transporte Coletivo, padrão D, referências iniciando em 01 e finalizando em 11, cujo número de cargos será definido através da aplicação do disposto no art. 9º desta lei.

Art. 20. — Fica revogado o art. 2º da Lei nº 7.637, de 1º de outubro de 1982 e, em consequência, restabelecidos os índices constantes do item III, da Tabela a que se refere o art. 2º, da Lei nº 6.839, de 22 de novembro de 1976.

Art. 21. — Esta Lei entrará em vigor em 1º de julho de 1984, ficando revogadas as disposições em contrário.

2) Mantidos os demais anexos, inclua-se na Tabela XII — Pessoal Efetivo da Assembléia Legislativa:

Procurador. 1.408.521,00
Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
GILBERTO CARVALHO - Relator.

Apoiamto: CAÍTO QUINTANA, EDMAR LUIZ COSTA,
ARTAGÃO MATTOS LEÃO, HOMERO OGUI-
DO e FIERMAS BRANDÃO.

Emendas:

EMENDA DE Nº 01 AO PROJETO
DE LEI Nº 141/84

Inclua-se onde couber:

Art. —O piso salarial dos funcionários estatutários e celetista fica afixado em 2.2 salários mínimos, reajustadas as tabelas constantes dos anexos a esta Lei.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Apoiamto: EDGAR PIMENTEL, TERCIO ALBUQUERQUE, ODENI MONGRUEL e ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

A partir de 1980 o Magistério Público Estadual tem como vencimento básico o equivalente a 2.2 salários mínimos. No anteprojeto de lei encaminhada a esta Assembléia em dezembro de 1983, o Executivo estabeleceu o pagamento, a título de abono provisório, ao servidor civil estatutário e aos integrantes da Polícia Militar do Estado, de uma diferença entre o vencimento básico do servidor e o equivalente a dois salários mínimos.

No parágrafo único desse artigo é estabelecido que o abono só será pago enquanto o beneficiado perceber valor inferior ao equivalente a dois salários mínimos vigentes por ocasião da publicação da presente lei.

No anteprojeto encaminhado agora à Assembléia propondo a majoração dos vencimentos do funcionalismo público civil e militar do Estado não há qualquer referência ao piso salarial.

A fim de corrigir uma flagrante injustiça é que se propõe a presente emenda visando estender a todos os servidores, estatutários e celetistas, o benefício já concedido ao Magistério, de 2.2 salários mínimos como vencimento básico.

EMENDA ADITIVA DE Nº 02

AO PROJETO DE LEI Nº 141/84

Acresce ao artigo 13 do Anteprojeto de Lei que objetiva majorar os vencimentos dos Funcionários Públicos Civis e Militares do Estado e dá outras providências, mais um Parágrafo, com a denominação de § 2º, passando o já existente a se constituir em § 1º.

Art. 13º —...

§ 1º — ...

§ 2º. — O cargo de provimento em comissão de Subsecretário do Tribunal de Justiça, símbolo DAS - 3, previsto na Tabela I, Anexo I, da Lei nº 7.547/81, passa a ter sua simbologia de vencimento alterada para DAS - 2.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1984.

(aa) ANIBAL KHURY, TADEU LÚCIO MACHADO, EDMAR LUIZ COSTA, HERMAS BRANDÃO e ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

O cargo de provimento em comissão de Secretário do Tribunal de Justiça está sendo elevado em sua simbologia, do DAS - 2 para o símbolo de vencimento DAS - 1, abrindo, assim, um hiato na sequência dos cargos em comissão de Direção e Assessoramento Superior do Quadro do Tribunal de Justiça, de vez que, por se tratar de cargo único, fica aquele Quadro privado do símbolo de vencimento DAS - 2.

O cargo em comissão de Subsecretário do Tribunal de Justiça, DAS - 3, símbolo este que lhe foi atribuído através da Lei nº 7.031, de 15-9-78, e cuja simbologia foi mantida pelas Leis nºs 7.547, de 10-12-81 e 7.784, de 14-12-83, as quais deram nova estrutura ao Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, deverá, por sua vez, ser elevado ao símbolo de vencimento DAS - 2, não só para suprir aquela lacuna, mas especialmente, por um princípio de justiça, porquanto os demais cargos de provimento em comissão do Tribunal de Justiça, através das Leis supra citadas, sofreram seguidas elevações em suas simbologias.

Essa assertiva, para exemplificar, é comprovada na verificação dos cargos de Diretor de Departamento, que correspondiam ao símbolo DAS - 5 e passaram, com o advento da Lei nº 7.031, de 15-9-78, ao símbolo de vencimento DAS - 4 e, mais recentemente, por força da Lei nº 7.784, de 14-12-83, ao símbolo DAS - 3, o mesmo ocorrendo com os cargos de Chefe de Gabinete da Presidência, hoje Diretor de Gabinete de Presidente e de Supervisor da Assessoria de Recursos, atual Diretor da Assessoria de Recursos, enquanto o cargo de provimento em comissão de Subsecretário permaneceu inalterado em sua simbologia primitiva.

Tais elevações provocaram um nivelamento do cargo de Subsecretário, hierarquicamente superior, com os dos Diretores. A proposição ora apresentada visa retornar a indispensável hierarquia que há e sempre deve haver, em toda Repartição Pública.

Por essas razões, parece-nos ser não apenas oportunas, mas imperiosa a adoção da medida aqui preconizada.

EMENDA DE Nº 03

AO PROJETO DE LEI Nº 141/84

Exclua-se do Projeto de Lei 141/84, o artigo 17 (dezesete), cujo teor transcreve-se abaixo:

Art. 17º. Fica acrescido ao parágrafo 2º do art. 8º da Lei 7772 de 13 de dezembro de 1983, o item V, com a seguinte redação: "V. anulação parcial ou total de dotações em um mesmo órgão, desde que não alterem o montante das categorias econômicas".

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Apoiamto: EDGAR PIMENTEL, ERONDY SILVÉRIO, ODENI MONGRUEL e TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

A Lei 7772 de 13/12/83 não trata de vencimentos ou de assuntos pertinentes à carreira do funcionalismo público estadual. Trata-se da Lei do Orçamento para o exercício de 1984.

Em seu Art. 8º, essa lei autoriza o Poder Executivo abrir créditos suplementares (por Decreto), até o limite de 15% da Receita Centralizada prevista.

O parágrafo 2º do mencionado artigo, exclui do limite de 15 % todas as alterações orçamentárias quando os recursos forem provenientes de:

- I — Anulação de recursos da Reserva de Contingência,
- II — Superávit Financeiro do Tesouro;
- III — Excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Estadual;

IV — Anulação de dotações para viabilizar a centralização de 90% dos recursos previstos para a manutenção e reparos de prédios públicos e para a aquisição de material de consumo, equipamentos, material permanente, etc.

Dispõe assim o Governador de grande parcela dos recursos, para alterar o orçamento por DECRETO, à revelia do Poder Legislativo.

Vejamos:

A receita centralizada inicial era de 806,9 bilhões de cruzeiros, que foi ampliada em mais 29,0 bilhões com a recente aprovação de Crédito Especial, totalizando, agora, 835,9 bilhões de cruzeiros.

Isto reserva ao Governador 125,4 bilhões de cruzeiros, como limite para legislar por DECRETO sobre matéria orçamentária.

A este valor, deve-se somar o montante da Reserva de Contingência, equivalente a 14,9 bilhões de cruzeiros, e o Superávit Financeiro de 83, que foi de CR\$ 2,7 bilhões.

O Excesso de Arrecadação é imprevisível, mas somente

a mudança da alíquota do ICM de 16% para 17% propiciará um aumento de 6,25% na receita prevista, que era de 545,0 bilhões. Então, no mínimo, verificar-se-á um excesso de arrecadação de 34,0 bilhões (6,25% de 545,0 bilhões), dos quais 29,0 bilhões foram objeto de Crédito Especial, restando ainda 5,0 bilhões.

SÍNTESE DO VOLUME MÍNIMO DE RECURSOS QUE O GOVERNADOR DISPÕE PARA ALTERAR O ORÇAMENTO POR DECRETO

a) 15% da Receita Centralizada	125,4 bilhões
b) Reserva de Contingência	14,9 bilhões
c) Superávit Financeiro	2,7 bilhões
d) Saldo mínimo do Excesso de Arrecadação	5,0 bilhões
TOTAL	148,0 bilhões.

Este volume correspondente a 18,3% da receita inicial e a 17,7% da receita reavaliada com o crédito especial.

Além disto, dispõe ainda o Governador de competência para efetuar os remanejamentos previstos no item IV do parágrafo 2.º do art. 8.º da Lei 7772, cujo montante não foi considerado dada a dificuldade de mensurá-lo.

Agora pretende o Governador ampliar ainda mais sua capacidade de alterar e remanejar o orçamento do estado, por DECRETOS, à revelia do Poder Legislativo.

A proposta ampliar os poderes do Executivo em um volume de recursos que não se pode estimar mas que, por certo, é por demais significativo.

Para preservar as atribuições e a competência do Poder Legislativo é que propomos a supressão do artigo 17 do projeto de lei.

Se não bastassem os argumentos antes enumerados, invocamos os princípios de PARTICIPAÇÃO e de TRANSPARÊNCIA que este governo se auto-invoca.

Se PARTICIPATIVO, não se deve excluir o Poder Legislativo das decisões sobre as alterações orçamentárias.

Se TRANSPARENTE, por que não se submeter as alterações à apreciação do Legislativo? Por que imbutir em projeto de lei de aumento do funcionalismo, matéria que regula procedimento de execução orçamentária? Sem fazer menção ao fato, nem na exposição de motivos nem no ofício em que se dirige ao Poder Legislativo.

EMENDA DE Nº 04

AO PROJETO DE LEI Nº 141/84

Inclua-se onde couber os seguintes Arts.

"Art. — O parágrafo único do art. 76 da Lei nº 7.051, de 4 de dezembro de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 76...

§ Único — O funcionário ocupante do Grupo Ocupacional "TAF", terá o prêmio de produtividade integrado aos proventos de aposentadoria, calculado sobre a média dos percentuais nos três meses anteriores à protocolização do pedido cuja média incidirá sobre o cargo e a gratificação de 2/3 do "quantum" do vencimento assegurados, quando a aposentadoria se der na forma do art. 73, inciso II.

Art. — Fica revogado o art. 116 e seus parágrafos da Lei 7051/78 de 4 de dezembro de 1978.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoio: FIORI LUIZ, ADHAIL SPRENGER PASSOS, SABINO CAMPOS, DIRCEU MANFRINATO e TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda que apresentamos à alta apreciação desta Augusta Casa, visa corrigir distorções no cálculo dos proventos de funcionários que ao se aposentarem nas condições previstas no inciso II do artigo 73 da Lei nº 7051

de 04 de dezembro de 1978, que lhe assegura a integração aos proventos na inatividade do vencimento do maior cargo exercido. Porém, essas vantagens somente seriam efetivadas, se no momento do requerimento da aposentadoria o funcionário estiver no exercício do cargo.

Assim, o funcionário poderá durante toda a sua vida funcional, ter exercido o cargo comissionado, e por motivos até de saúde no momento de sua aposentadoria, não poderá usufruir plenamente das vantagens da lei, pois não estará no exercício do cargo e as vantagens relativas ao prêmio de produtividade serão calculados com base nos valores percebidos nos últimos três meses anteriores a protocolização do pedido, conforme dispõe atualmente o art. 76, da Lei 7051, de 04 de dezembro de 1978.

Há necessidade de se deixar sem efeito o artigo 116, e seus parágrafos, da lei 7051/78, porque a sua vigência, vem penalizar o funcionário fiscal, mesmo ele sendo inocente. O que se precisa realmente é penalizar o fiscal, quando comprovada a sua culpa, e não por suposições ou ainda, por denúncias vazias.

Projeto de lei, atendendo a preferência votada pelo Plenário.

Está em votação o Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, ressalvadas as emendas. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda número 01, de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. NILSO SGUAREZI — **(Pela Ordem)** Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que fizesse a leitura de todas as emendas apresentadas ao projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE — **(Trajano Bastos)** A Mesa atende Vossa Excelência e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a leitura de todas as emendas apresentadas ao Projeto de Lei número 141/84.

Está em votação a emenda que acada de ser lida, emenda número 01. — **Rejeitada.**

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a leitura da Emenda número 02.

(É lida a Emenda n.º 02)

Está em votação a Emenda de número 02. — **Aprovada.**

(É lida a Emenda n.º 03)

Está em votação a Emenda de número 03.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA **(Para encaminhar)** Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um dos mais belos momentos vividos por este Parlamento, foi quando exatamente na discussão do orçamento anual para 1984, quando foi possível reduzir o arbítrio do Sr. Governador do Estado, de 30 para 15 por cento com relação à possibilidade que tinha o Chefe do Poder Executivo de destinar ao seu alvêrio, verbas que significassem excesso de arrecadação.

Entretanto, neste projeto de aumento do funcionalismo, sorrateiramente, Sua Excelência pretende modificar o estabelecido na lei anual de orçamento do Estado do Paraná através de decisão unânime desta Casa, através da inclusão de matéria estranha ao aumento do funcionalismo pelo artigo 17 da lei ora em votação que pretende estatuir o seguinte:

"Fica acrescido ao § 2.º do Art. 8.º da Lei 7772, de 13 de dezembro de 1983, a Lei do Orçamento, o item V, com a seguinte redação: anulação parcial ou total de dota-

ções em um mesmo órgão desde que não alterem o montante das categorias econômicas”.

Não se justifica, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o governo peemedebista, que prometeu legislar com a Assembléia Legislativa, tome esta atitude que, na verdade, significa a quebra do compromisso assumido com este Poder, que fez em boa hora a redução de 30 para 15 por cento na possibilidade do Governador manusear verbas sem o conhecimento deste Poder.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem mudar o espírito do projeto do Governador, nem pretender novas despesas para o Poder Executivo, é que apresentamos esta emenda que, em última análise, significa a possibilidade desta Assembléia ratificar aquilo que votou em dezembro de 1983.

Neste sentido, apresentamos a Emenda Supressiva neste artigo 17 com a seguinte redação, com a seguinte justificativa: “A Lei 7772, de 13 de dezembro de 1983, não trata de vencimentos ou de assuntos pertinentes à carreira do funcionalismo público estadual, trata-se da Lei do Orçamento para o exercício de 1984. Em seu artigo oitavo, esta lei autoriza o Poder Executivo abrir créditos suplementares por créditos sem ouvir a Assembléia Legislativa até o limite de 15 por cento da receita centralizada prevista. O parágrafo segundo do mencionado artigo exclui do limite de 15 por cento todas as alterações orçamentárias quando os recursos forem provenientes de anulação de recursos da reserva de contingência; superávit financeiro do Tesouro; excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Estadual; anulação de dotações para viabilizar a centralização de 90 por cento dos recursos previstos, para a manutenção e reparos de prédios públicos e aquisição de material de consumo, equipamentos, material permanente, etc.

Dispõe assim o Governador, de grande parcela de recursos, para alterar o orçamento por decreto, à revelia do Poder Legislativo. Vejamos:

A receita centralizada inicial prevista era de 806 bilhões de cruzeiros, que foi ampliada em mais 29 bilhões de cruzeiros, com a recente aprovação de crédito especial totalizando agora 835 bilhões de cruzeiros. Isto reserva, ao Governador, 125 bilhões de cruzeiros como limite para legislar por decreto, sobre matéria orçamentária, em razão da autorização dos 15 por cento que esta Assembléia forneceu a Sua Excelência, através da Lei Orçamentária.

A este valor deve-se somar o montante da reserva de contingência, equivalente a 14 bilhões e 900 milhões de cruzeiros. E o superávit financeiro de 1983, que foi de 2 bilhões e 700 milhões de cruzeiros. O excesso de arrecadação é, no momento, imprevisível. Mas somente a mudança da alíquota de ICM, de 16 para 17 por cento, propiciará um aumento equivalente a 6.25 na receita prevista, que era de 545 bilhões de cruzeiros. Então, no mínimo, verificar-se-á um excesso de arrecadação de 34 bilhões de cruzeiros, equivalente a 6.25 por cento de 545 bilhões de cruzeiros, dos quais 29 bilhões de cruzeiros foram objeto de crédito especial, restando ainda 5 bilhões de cruzeiros.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador do Estado, por decreto, possui condições de alterar até o valor de 148 bilhões de cruzeiros, sem audiência prévia deste Poder Legislativo, equivalente a 15 por cento da receita centralizada, a reserva de contingência, ao superávit financeiro e ao saldo mínimo do excesso de arrecadação.

Este volume corresponde a 18 por cento da receita inicial e a 17 por cento da receita reavaliada com o crédito especial, votado por esta Assembléia, em razão do aumento da alíquota

de 16 para 17 por cento.

Além disto, dispõe ainda o Governador de competência para efetuar os remanejamentos previstos no item quarto do parágrafo segundo, do artigo oitavo da Lei Orçamentária, cujo montante não foi considerado dado a dificuldade de mensurá-lo.

Agora pretende o Governador ampliar ainda mais a sua capacidade de alterar e remanejar o orçamento por decreto, à revelia deste Poder Legislativo. A proposta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, amplia os poderes do Executivo.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica ao ilustre orador que se encontra na tribuna, que seu tempo está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Consulto Vossa Excelência se eu poderia concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa lamenta informar a Vossa Excelência para encaminhamento de votação, nosso Regimento prevê 10 minutos improrrogáveis.

Continua em votação a Emenda de número 3.

— Rejeitada a Emenda.

(É lida a Emenda de Plenário, n.º 04).

Está em discussão a Emenda de número 4.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar) Sr. Presidente, é louvável a iniciativa do nobre Deputado Aníbal Khury, mas como eu disse recentemente da tribuna, está na Casa já uma mensagem que trata de dar aos inativos do Estado um tratamento completo e adequado. Esta matéria versa realmente sobre isso, me parece que a oportunidade adequada então será quando votarmos aquela lei que engloba a todas as considerações que possamos fazer sobre o inativo.

Portanto, a Liderança se sente constrangida em não poder atender as reivindicações do nobre Deputado, mas promete estudá-la com toda a consideração, quando votarmos aqui a lei que trata dos inativos.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Continua em votação. — Rejeitada.

O SR. ANIBAL KHURY — (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa atende e solicita do Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ANIBAL KHURY — (Pela Ordem) Retiro a minha Emenda.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela Ordem) Eu retiro o meu pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está rejeitada a Emenda.

A Mesa retifica. Está concedida a retirada.

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 89/84), que objetiva criar no Departamento de Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública, 178 (cento e setenta e oito) cargos de provimento em comissão, símbolo 9-C, de assistente de Segurança Pública. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.S.P., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 49/84, que objetiva alterar dispositivos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Egrégio Tribunal de Alçada, na forma que especifica e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL e Emenda da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 49/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Os cargos de provimento em comissão de Diretor de Departamento e Diretor de Gabinete do Presidente, previstos na Tabela I, do Anexo I, da Lei nº 7.577, de 12 de maio de 1982, passam a ter a simbologia DAS-3.

Parágrafo Único - O cargo de Assessor de Recursos, previsto na Tabela I, do Anexo I, da Lei nº 7.577/82, passa a denominar-se Diretor da Assessoria de Recursos, com a simbologia DAS-3.

Art. 2º - Os cargos de provimento em comissão de Assessor de Gabinete do Presidente, Assessor de Gabinete do Vice-Presidente e de Assessor de Gabinete do Secretário, constantes da Tabela I, do Anexo II, da Lei nº 7.577/82, passam a ter a simbologia DAS-5.

Art. 3º - Ficam criados um cargo de provimento em comissão de Assessor de Recursos e cinco cargos de provimento em comissão de Assessor Judiciário, todos com a simbologia DAS-5.

Art. 4º - A vantagem prevista no artigo 9º da Lei nº 7.784, de 14 de dezembro de 1983, fica estendida aos ocupantes dos cargos da carreira de Assessor Jurídico, que integram a Tabela II. Anexo I, da Lei nº 7.577/82, em face da incompatibilidade com o exercício da advocacia, prevista no artigo 82 da Lei Federal nº 4.215, de 27 de abril de 1963.

Parágrafo Único - Estende-se a gratificação de produtividade prevista no artigo 8º da Lei nº 7.784/83, aos ocupantes do cargo de Programador de Computador, que integram a Tabela II, Anexo I, da Lei nº 7.577/82.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta do orçamento do Tribunal de Alçada.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 49/84

PARECER

Oriundo de Mensagem Governamental o presente Projeto de Lei tem por finalidade alterar dispositivos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Egrégio Tribunal de Alçada do Estado, na forma que especifica e dá outras providências.

A matéria está devidamente justificada, através do Ofício 005/GS/GP-84 - de 08 de fevereiro de 1984, de Sua Excelência o Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Alçada do Estado, que acompanha a Mensagem 87/84, o que nos convence da sua oportunidade.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a sua constitucionalidade e legalidade, temos que não existem óbices, quer legais ou constitucionais que possam impedir a sua normal tramitação por esta Casa, opinando-se favoravelmente à sua aprovação com a Emenda que juntamente com a sua justificativa, em anexo apresentamos, modificando-se a redação do Art. 6º do Projeto.

É o Parecer

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERVIN BONKOSKI

Relator

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 49/84

O Artigo 6º, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º - Os artigos 1º e respectivo parágrafo, 2º e 4º têm eficácia a partir de 16 de dezembro de 1983. Os demais, entram em vigor na data da publicação desta lei, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI

Relator

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 7.784, de 14 de dezembro de 1983, que alterou o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, foi publicado no Diário Oficial do Estado de 16 do mesmo mês e ano, entrando, de acordo com seu artigo 16, em vigor a partir de então.

Como, até essa ocasião, a estrutura do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, conforme Lei nº 7.577, de 12 de maio de 1982, era idêntica à do Tribunal de Justiça, nada mais justo o equitativo que, a partir da data em que se alterou (Lei nº 7.784 de 14 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 16 de dezembro de 1983) essa estrutura, modificando-se a simbologia e nível de alguns cargos em comissão, tenham eficácia os dispositivos do presente projeto que visam adequar os cargos mencionados do Tribunal de Alçada àqueles alcançados pela mencionada Lei nº 7.784, que se referiu ao Tribunal de Justiça.

Portanto, a retroação, atinge apenas os artigos 1º e parágrafo único, 2º e 4º do Projeto, ao passo que os outros entrarão em vigor na data de sua publicação.

É a Emenda que estamos apresentando para corrigir a distorção contida no bojo do Projeto de Lei. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 113/84, de autoria do Deputado Nestor Baptista e outros que fixa remuneração do Deputado Estadual, os subsídios e a verba de representação do Governador e Vice-Governador, com vigência a partir de 1º de junho de 1984. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 113/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º - A remuneração do Deputado Estadual será de 2/3 (dois terços) do que percebem, a quaisquer títulos, os Deputados Federais.

Art. 2º - A parte fixa dos subsídios e a ajuda de custo, serão pagas proporcionalmente ao que percebem, sob esses mesmos títulos, os Deputados Federais; A soma da parte variável e das sessões extraordinárias corresponderão à 2/3 (dois terços) dos valores que à estes forem atribuídos por comparecimentos à sessões no âmbito do Poder Legislativo Federal.

Art. 3º - O subsídio e a verba de representação do Governador de Estado, a vigorarem a partir de 1º de julho de 1984, ficam fixados em 2/3 (dois terços) dos respectivos valores pagos ao Presidente da República, não podendo ser inferior a remuneração total recebida, a quaisquer títulos, pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Art. 4º - O subsídio e a verba de representação do Vice-Governador de Estado, ficam fixados em 2/3 (dois terços) dos valores pagos sob esses mesmos títulos, ao Governador de Estado.

Art. 5º - Os reajustes dos subsídios e vantagens referidas nos artigos 3º e 4º dessa resolução, dar-se-ão, automaticamente, nas mesmas épocas e observados os mesmos percentuais das variações do subsídio e da verba de representação

do Presidente da República.

Art. 6.º - Esta Resolução entrará em vigor no dia 1.º de julho de 1984, ficando revogados o artigo primeiro da Resolução n.º 1, de 3 de janeiro de 1983, bem como a Resolução n.º 16 de 16 de setembro de 1982 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1984.

(aa) NILSO SGUAREZI, DALMA DE ALMEIDA CÉSAR
ERONDY SILVÉRIO, GILBERTO CARVALHO,
NESTOR BAPTISTA e NELSON BUFFARA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 113/84

PARECER:

O presente Projeto de Resolução tem por finalidade fixar remuneração do Deputado Estadual e os subsídios e a Verba de Representação do Governador e Vice-Governador do Estado, conforme estabelece.

A matéria objeto do presente Projeto de Resolução é de atribuição exclusiva deste Poder Legislativo, conforme preceitua e art. 22, incisc II da Constituição Estadual.

Nos termos em que está proposto o Projeto, a remuneração dos Deputados, bem como o subsídio e a verba de Representação do Governador e do Vice-Governador, ficam fixados em 2/3 do que percebem, a quaisquer títulos, Deputados Federais, o Presidente da República e o Governador do Estado, respectivamente.

Embora a proposição não venha acompanhada da respectiva justificativa, subentende-se pelo seu teor, que a intenção do legislador vem a ser a de estabelecer um critério equânime para a remuneração dos integrantes do Poder Legislativo, de Governador e do Vice-Governador do Estado.

Legal e constitucional a matéria não encontra óbice para sua aprovação por esta.

Assim sendo, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GILBERTO CARVALHO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 113/84

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Nestor Baptista, e outros, o presente Plano de Lei pretende fixar a remuneração do Deputado Estadual, os subsídios e a verba de representação do Governador e do Vice-Governador e dá outras providências.

A matéria sob seu aspecto legal e constitucional, já mereceu da Douta Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável.

Quanto ao aspecto financeiro, que cabe a esta Comissão de Finanças, não encontramos qualquer impedimento na sua tramitação, razão porque somos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1984.

(aa) HOMERO OGUIDO

Presidente

ANTONIO ANNIBELLI

Relator

Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 108/84, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dispõe sobre a movimentação de Referências, Progressão e Ascensão Funcionais, previstos nos artigos 24 e 25 da Lei n.º 7.784, de

14/12/83, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido Projeto, Emendas de Plenário, nos seguintes termos:

Emendas:

EMENDA DE N.º 01 AO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 108/84

Acrescenta-se ao item III do Art. 2.º as letras "F" e "G" com a seguinte redação:

"Art. 2.º -

I -

II -

III -

a) -

f) - A Coordenação, liderança ou chefia de Grupo ou equipe funcional responsável pela publicação, elaboração do trabalho de natureza técnica ou científica de interesse para o Poder Legislativo: por trabalho ou grupo de trabalho 200 (duzentos) pontos.

g) - A participação efetiva em grupo ou equipe responsáveis pela elaboração e publicação de trabalho da natureza acima: por grupo ou equipe ou trabalho 100 (cem) pontos".

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1984.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, JOSÉ FONSECA

SÉRGIO SPADA, QUIÉLSE CRISÓSTOMO,

JORGE MAIA FILHO, RUBENS BUENO,

OSVALDO ALENCAR FURTADO, DIRCEU

MANFRINATO, MÁRIO PEREIRA, ACIR

MEZZADRI, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR,

FUAD NACLI, ANTÔNIO ANNIBELLI,

EDMAR LUIZ COSTA, GILBERTO CARVALHO,

ORLANDO PESSUTI, SABINO CAMPOS,

NESTOR BAPTISTA, TÉRCIO ALBUQUERQUE,

CAÍTO QUINTANA, GABRIEL MANOEL,

HERMAS BRANDÃO, AUGUSTO CARNEIRO,

FIORI LUIZ e GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

A nova Assembléia Legislativa, vem publicando ou difundindo regularmente estudos e trabalhos do largo interesse à partir da dedicação de seu corpo funcional, que são colocados à disposição dos Senhores Deputados e demais usuários da estrutura.

Torna-se de justiça premiar o esforço desses funcionários mediante estímulos motivacionais adequados e dentro da sistemática geral da pontuação obedecida pelo Projeto de Resolução.

EMENDA N.º 2

Inclua-se no item III, do Art. 2.º a seguinte Alínea:

" -) Designação para participar de Comissões Especiais ou Grupos de Trabalho autorizado pela Comissão Executiva: 250 (duzentos e cinquenta) pontos por Comissão ou Grupo de Trabalho.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoio: Sérgio Spada, Fiori Luiz, Quiélse Crisóstomo, Mário Pereira, Rubens Bueno, Osvaldo Alencar Furtado, Gilberto Carvalho, Dirceu Manfrinato, Tadeu Lúcio Machado, Djalma de Almeida César, Acir Mezzadri, Edmar Luiz Costa, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Orlando Pessuti, Fuad Nacli, Luiz Alberto Oliveira, Augusto Carneiro, Nestor Baptista, Tércio Albuquerque, Sabino Campos, Caíto Quintana e José Fonseca e 1 (uma) ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O desempenho funcional em Comissões Especiais em Grupos de Trabalho sempre foi considerado como qualificação profissional, justo portanto que venha a ter pontagem para o acesso do funcionário à promoção como reconhecimento aos esforços daqueles que vem colaborando além de suas atribuições normais para os trabalhos legislativos.

EMENDA ADITIVA DE Nº 3

O Art. 9º do presente Projeto passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe parágrafo único:

Art. 9º - "Os funcionários inativos serão enquadrados na referência IV da classe em que foram aposentados.

Parágrafo Único - Os funcionários em atividade, que na data da aprovação do presente Projeto de Resolução contarem com 20 anos de efetivo serviço público, gozarão do mesmo benefício, sem prejuízo do direito a promoções verticais na mesma referência.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1984.

(aa) NILSO SGUAREZI, SÉRGIO SPADA,
ANTÔNIO BELINATI, FERRARI JÚNIOR
SABINO CAMPOS, TUGUIO SETOGUTTE,
TÉRCIO ALBUQUERQUE, RUBENS
BUENO e MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A redação que se pretende dar com a presente Emenda, promove um reconhecimento aos funcionários desta Casa Legislativa, prejudicados que foram nas últimas reformas administrativas, quando tiveram seus progressos funcionais prejudicados em cinco níveis. Com a presente medida, recompõem seus direitos pretendidos, sem que exista o mínimo sentido de vantagens adicionais.

EMENDA Nº 4

O Art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - A Comissão Executiva constituirá uma Comissão de Movimentação Funcional, integrada pelo Diretor Geral como seu Presidente nato; pelo Diretor da Diretoria de Pessoal; por Servidor lotado na Diretoria de Pessoal, que servirá como seu Secretário; e por um funcionário indicado por cada uma das Entidades Representativas do Funcionalismo da Assembléia Legislativa, respectivamente CABENFALE E ASALEP".

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1984.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI, SÉRGIO SPADA,
QUIELSE CRISÓSTOMO, MÁRIO PEREIRA,
EDMAR LUIZ COSTA, FIORI LUIZ,
RUBENS BUENO, JORGE MAIA FILHO,
JOSÉ FONSECA, BASÍLIO ZANUSSO,
TADEU LÚCIO MACHADO, DJALMA DE
ALMEIDA CÉSAR, FUAD NACLI,
SABINO CAMPOS, ACIR MEZZADRI,
OSVALDO ALENCAR FURTADO,
GILBERTO CARVALHO, ORLANDO
PESSUTI, NESTOR BAPTISTA,
TÉRCIO ALBUQUERQUE, HERMAS
BRANDÃO, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
e AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

A redação que pretendemos com a presente Emenda, tem por finalidade a composição da Comissão de Movimentação de forma a lhe oferecer maior operacionalidade e representação funcional, sem afetar o equilíbrio de sua maioria decisória a qual continuará sob o controle da estrutura executiva interna desta Casa de Leis.

EMENDA Nº 05

O Art. 11, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 - O concurso de que trata o parágrafo único do artigo 25 da Lei n.º 7784 de 14/12/83, será aberto pela Comissão Executiva e realizar-se-á na forma do regulamento a ser elaborado pela Comissão prevista no Art. 6º.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1984.

(aa) SÉRGIO SPADA, MÁRIO PEREIRA,
QUIELSE CRISÓSTOMO, RUBENS BUENO,
FIORI LUIZ, EDMAR LUIZ COSTA,
JORGE MAIA FILHO, OSVALDO ALENCAR
FURTADO, GILBERTO CARVALHO,
SABINO CAMPOS, ACIR MEZZADRI,
TADEU LÚCIO MACHADO, DJALMA
DE ALMEIDA CÉSAR, ANTONIO ANNIBELLI,
JOSÉ FONSECA, BASÍLIO ZANUSSO,
FUAD NACLI, AUGUSTO CARNEIRO,
ORLANDO PESSUTI, LUIZ ALBERTO
OLIVEIRA, HERMAS BRANDÃO, TÉRCIO
ALBUQUERQUE e NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

O presente art. trata da agilização dos procedimentos para a realização do Concurso para o aproveitamento de pessoal e preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal, e por conseguinte o aproveitamento dos atuais servidores celetistas e demais, em decorrência da movimentação funcional decorrente da aplicação da presente Resolução.

Torna-se portanto, correto, colocar a Comissão de Movimentação Funcional criada pelo Art. 6º, como encarregada da elaboração do regulamento e aplicação do concurso daquelas vagas a serem abertas no Quadro de Pessoal desta Casa.

EMENDA Nº 06

O Art. 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - A Progressão Funcional dependerá de vaga na referência inicial da classe imediatamente superior".

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoio: Sérgio Spada, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Jorge Maia Filho, Mário Pereira, Osvaldo Alencar Furtado, Gilberto Carvalho, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Eduardo Baggio, Tadeu Lúcio Machado, Ivan Gubert, José Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Sabino Campos, Caíto Quintana, Fuad Nacli, Augusto Carneiro, Orlando Pessuti, Tércio Albuquerque, Nestor Baptista e 1 (uma) ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que é grande o número de funcionários desta Casa com tempo já completo para sua aposentadoria, o interstício para a promoção somente irá provocar procrastinação nas futuras aposentadorias, como também impedir que os mesmos possam alcançar o final de carreira para o seu afastamento após longos anos de serviços.

A nova estrutura apresentada pelo Projeto de Resolução não deve apresentar em seu bojo condições desfavoráveis, principalmente para os funcionários com longos anos de serviço prestados à esta Casa e admitidos sob outros regimes. Deve sim a presente reformulação de critérios para a promoção, apresentar condições que não venham ferir direitos dos funcionários mais antigos, os quais por longos anos prestaram seus serviços ao Poder Legislativo, e na hora de se aposentarem, por razões de uma nova sistemática, devam aguardar mais alguns anos, ou então aposentarem-se sem conseguir alcançar o final da carreira por que tanto almejavam.

EMENDA DE Nº 07

O art. 5º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - A Ascensão Funcional depende da comprovação

de formação profissional exigida para o exercício do cargo e de teste seletivo interno, constante de provas e títulos, na forma de regulamento, salvo a elevação do Consultor Legislativo "A" nível 1 - Referência IV ao cargo de Procurador".

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Apoio: Orlando Pessuti, Nestor Baptista, José Fonseca, Tércio Albuquerque, Edmar Luiz Costa, Acir Mezzadri, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Osvaldo Alencar Furtado, Dirceu Manfrinato, Quiêlse Crisóstomo, Jorge Maia Filho, Sérgio Spada e 1 (uma) ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Pela Lei n.º 7.784 de 14/12/84, houve a ascensão automática dos funcionários ocupantes do Cargo de Consultor Legislativo "A" nível 1 para o cargo de Procurados independentemente de Concurso. Justo portanto que agora a ascensão funcional prevista na presente Resolução dê idêntico tratamento aos antigos funcionários que se encontram na mesma situação a que se encontravam os atuais Procuradores.

Está em discussão o Projeto e as Emendas em número de 7 (sete).

Solicito ao Senhor 1.º Secretário que dê conhecimento à Casa, do teor das emendas apresentadas:

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Lê) - "Emenda n.º 1 ...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está em votação o Projeto de Resolução n.º 108/84, ressalvadas as emendas. Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a emenda de número 1, que acaba de ser lida.

O SR. NILSO SGUAREZI (Para encaminhar a votação) - Senhor

Presidente, como essas emendas são todas de Plenário, nós estamos hoje, aceitando todas essas emendas. E nossa Bancada, amanhã, vai estudar as emendas para tomarmos uma posição em definitivo.

Assim, para não procrastinar a discussão e votação desse projeto, nós aceitamos hoje as emendas e amanhã deveremos tomar uma posição, a fim de que se tenha algum tempo, para ver na verdade se tais emendas não venham a deformar o projeto original, ou se elas na verdade são contribuições que se tornam necessárias. A nossa posição em definitivo, sobre as emendas, será amanhã por ocasião a terceira discussão, quando então poderemos realmente endoçar as emendas propostas hoje, ou no entendimento diverso, rejeitá-las.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está em votação a Emenda n.º 1, Senhores Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. **Aprovada.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Lê) - "Emenda n.º 2 ...

O SR. PRESIDENTE - Está em votação a emenda n.º 2. **Aprovada.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Emenda Aditiva n.º 3. (Lê).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está em votação a Emenda n.º 3. **Aprovado.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Emenda n.º 4. (Lê).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Em votação a emenda n.º 4. **Aprovado.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Emenda n.º 5. (Lê).

O Senhor 1.º Secretário lê as Emendas de números 5, 6 e 7.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Em votação as Emendas de números 5, 6 e 7.

APROVADAS.

Passaremos a apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO.

- REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 175/83, que autoriza o Poder Executivo criar UNIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR, no Município de União da Vitória. **Aprovado.**

- REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 179/83, que autoriza o Poder Executivo isentar o "JOCKEI CLUB DO PARANÁ", dos encargos contidos na doação feita pelo Estado, transcrita no livro 3-M sob n.º 17.386, de 23/05/61, do Cartório da 2.ª Circunscrição, desta Capital, conforme especifica. **Aprovado.**

- REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 243/83, que dá nova redação ao caput do inciso XVII, do artigo 1.º da Lei n.º 4.245, de 25/07/60, conforme especifica. (Denomina Ivatuba o atual Município de Ivatuba). **Aprovado.**

- REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 04/84, que autoriza o Poder Executivo estabelecer normas e critérios visando a contratação pelas Repartições Públicas Estaduais da administração direta e indireta de menores percentuais às Guardas Mirins existentes no Estado e dá outras providências. **Aprovado.**

- REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 05/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS CRONISTAS ESPORTIVOS DO PARANÁ - ACEP", com sede e nesta Capital. **Aprovado.**

- REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 10/84, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MANDAGUAÇU, com sede e foro na cidade de Mandaguaçu. **Aprovado.**

- REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 18/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ATALAIA - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Atalaia. **Aprovado.**

- REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 21/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA NOSSA SENHORA DA PAZ", com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

- 3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 259/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que dá nova Redação ao Artigo 51, da Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73, (LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS), conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Está em votação a Emenda Substitutiva aprovada em 2.ª discussão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO LIVEIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito, não existe número suficiente para que Vossa Excelência, possa aprovar o projeto, uma vez que se

trata da Lei Complementar e a Bancada do PDS votou contrariamente.

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) — A Mesa terá que proceder à verificação de votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO —(Pela Ordem) Requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

36 Srs. Deputados responderam à chamada.

A Presidência irá proceder a verificação de votação, atendendo a solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação)

25 Srs. Deputados aprovam; 11 Srs. Deputados rejeitam. Está rejeitado.

O SR. NILSO SQUAREZI —(Pela Ordem) — Sr. Presidente, eu requeiro a Vossa Excelência, que se conste em Ata que os 25 votos favoráveis foram dados pela Bancada do PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Como um dos autores do substitutivo ao Projeto de Lei 259 eu quero informar a essa Casa que entraremos com um projeto de lei alterando o Artigo 73 da Lei Orgânica dos Municípios, possibilitando a revisão dos subsídios dos Srs. Prefeitos Municipais, defasado no momento atual.

O SR. RUBENS BUENO —(Pela Ordem) — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Da mesma forma, em conjunto com o Deputado Nilso Sguarezi e Caíto Quintana, nós vamos apresentar um projeto de lei que dá Verba de Representação às Câmaras Municipais. Rejeitado nesta tarde pela Bancada do PDS.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 46/84, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU — ADEFI", com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 48/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VILA AUTÓDROMO", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 50/84, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de utilidade pública o "MOVIMENTO BRASILEIRO DE EVANGELIZAÇÃO", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 56/84, de autoria do Deputado NILSO ROMEU SQUAREZI, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA ALLAN KARDEC", com sede e foro no Município de Santa Izabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 83/84, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jandaia do Sul o Imóvel de propriedade do Estado, situado no Município que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 88/84, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que assegura tratamento gratuito aos integrantes da Polícia Militar do Estado, em consequência de ferimentos sofridos no desempenho de suas funções, conforme específica e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 25/84, (Mensagem nº 07/84 — ex-Proposição nº 10/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 13.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos transportes e o Município de Braganey, visando execução de obras para recuperação de estradas. —Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 26/84, (Mensagem nº 08/84 — ex-Proposição nº 11/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios de Icaraíma e Jaguariaíva, objetivando realização de promoções, com vistas a ensejar melhoria da produção e da produtividade pecuária do Estado.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 27/84, (Mensagem nº 09/84 — ex-Proposição nº 12/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica. —Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 28/84, (Mensagem nº 12/84 — ex-Proposição nº 15/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 30.11.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e Municípios que especifica objetivando aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 29/84, (Mensagem nº 13/84 — ex-Proposição nº 16/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 16.11.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Terra Boa, objetivando tornar viável a instalação de um viveiro de mudas de café, para fomentar a cafeicultura local.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 30/84, (Mensagem nº 15/84 — ex-Proposição nº 18/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 14.06.83 e o Ministério da Agricultura com interveniência da EMBRATER e da EMATER/Pr., objetivando disciplinar apoio e a integração do Ministério e do Estado, para desenvolvimento de atividades que especifica. —Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 31/84, (Mensagem nº 17/84 — ex-Proposição nº 20/84), oriundo do

Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 16.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Paranavaí, objetivando regular ampliação e prestação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos na área do referido Município. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 32/84, (Mensagem nº 18/84 — ex-Proposição nº 21/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 30.11.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Cambé, objetivando realização da VIII Exposição Agrícola de Cambé. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 33/84, (Mensagem nº 19/84 — ex-Proposição nº 22/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio nº 95/SG/83, celebrado em 07.12.83, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com interveniência de órgãos que especifica, visando supervisão e avaliação de eficácia do projeto das cidades de pequeno porte do Estado do Paraná. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 34/84, (Mensagem nº 20/84 — ex-Proposição nº 23/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Municípios adiante mencionados, objetivando realização de feiras, exposições e outros eventos de estímulo a agropecuária. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 58/84, (Mensagem e ex-Proposição nº 74/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Ajustes celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social e os Municípios adiante mencionados objetivando construção de Centros Sociais Rurais em Distritos dos Municípios signatários. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 96/84, (Mensagem nº 65/84 — ex-Proposição nº 86/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios que especifica, objetivando amparo e desenvolvimento às atividades de setores agropecuários do Estado. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 42/84, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que declara de utilidade pública o "CLUBE PARANAENSE DE MONTANHISMO", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 57/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de utilidade pública o "CONSELHO COMUNITÁRIO DE COOPERAÇÃO EM SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL — COMSABES", com sede no Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 94/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública o "DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA PENTECOSTAL LUZ DE CRISTO — DEPAS", com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 35/84, (Mensagem nº 21/84 — ex-Proposição nº 24/84), oriundo do Pa-

recer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos de 28.11.83 a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 36/84, (Mensagem nº 23/84 — ex-Proposição nº 26/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e os Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 37/84, (Mensagem nº 22/84 — ex-Proposição nº 25/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 28.11.83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para controle da erosão urbana, nos referidos Municípios. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 38/84, (Mensagem nº 25/84 — ex-Proposição nº 28/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, em 10.08.83, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando execução de obras públicas em conformidade com o PRODOPAR. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 39/84, (Mensagem nº 27/84 — ex-Proposição nº 30/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, firmados em 09.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Município que especifica, visando execução de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 40/84, (Mensagem nº 28/84 — ex-Proposição nº 31/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 25.04.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta com vistas a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 41/84, (Mensagem nº 30/84 — ex-Proposição nº 33/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação e Compromisso nº 30/83, celebrado em 08.11.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando ampliação das obras do Terminal Rodoviário de Passageiros. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 42/84, (Mensagem nº 35/84 — ex-Proposição nº 38/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 09.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei Complementar nº 216/83, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dá nova redação ao inciso III e ao parágrafo 3º, do artigo 140, da Lei nº 6.174 de 16/11/70, conforme especifica. (Aposen-

tadoria Funcionários que tenham exercido Cargo de Diretoria em Órgão da Administração Direta e Indireta do Estado). Com Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade, com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 12/84, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que dá nova Redação ao Anexo I, do artigo 16, da Lei nº 7784, de 14/12/83, conforme especifica. (Ocupante Cargo Taquígrafo). Com Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 12/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O Anexo I, de que trata o Art. 16, da Lei nº 7784, de 14 de dezembro de 1983, passa a ter a seguinte redação:

SÉRIE DE CLASSE	CLASSE	REF.	ANEXO I (Art. 16) PERCENTUAL
CL-I	A	I	100,00
CL-I	B	I	94,00
CL-I	C	I	88,00
CL-I	D	I	82,00
TA-3	A	I	88,00
TA-3	B	I	82,00
J-2	A	I	76,00
R-2	A	I	76,00
TL-3	A	I	70,00
AC-3	B	I	64,00
DENTISTA/MÉDICO I	A	I	82,00
DENTISTA/MÉDICO I	B	I	76,00
DENTISTA/MÉDICO I	C	I	70,00
OL-4	A	I	58,00
OL-4	B	I	52,00
OL-4	C	I	46,00
OL-4	D	I	40,00

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

APOIAMENTO: Luiz Alberto Oliveira, Gernote Kirinus, Djalma de Almeida César, Francisco Escorsin e Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

Na reestruturação do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, provocada pela Lei nº 7.784, de 14 de dezembro de 1983, cometeu-se visível injustiça para com os ocupantes do cargo de Taquígrafo que, pela especialização requerida para o seu desempenho e pelas características da prestação de seus serviços mereciam ser melhor aquinhoados.

Com efeito, os Taquígrafos da Assembléia Legislativa, além do acompanhamento das Sessões, que muitas vezes se prolongam até horas bem avançadas, têm que dar assistência a Comissões permanentes ou especiais, formando um dos grupos de funcionários mais sacrificados dentro do mencionado Quadro de Pessoal.

Nestas condições, pela justiça de que se reveste a matéria, julgamos plenamente justificada a presente iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 12/84

De autoria do nobre Deputado Alencar Furtado, o presente Projeto de Lei tem por finalidade estabelecer nova Tabela ao Anexo I, de que trata o Art. 16 da Lei nº 7.784 de 14/12/83.

Tal tabela tem por finalidade sanar, segundo a justificativa

apresentada, injustiça que foi cometida com relação aos ocupantes do cargo de Taquígrafo nesta Casa, quando do estabelecimento de nova reclassificação dentro do Quadro de Pessoal.

Sob o aspecto legal e constitucional, não vemos qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação pela Casa, já que matérias desta natureza, segundo o Art. 22, inciso XIV, da Constituição Estadual, são de iniciativa privativa do Poder Legislativo.

Quanto ao mérito, nos manifestamos totalmente favorável à iniciativa, já que a intenção de seu autor é das mais justas e visa reparar distorções e disparidades na Tabela de vencimentos de uma das carreiras de funcionários que tem prestado sua colaboração técnica com grande proveito para os serviços legislativos, que é a da taquigrafia.

Assim o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 12/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, objetiva o presente projeto dar nova redação ao Anexo I do Art. 16 da Lei 7784, de 14 de dezembro de 1983, conforme especifica.

Sobre a matéria, em seu aspecto legal e constitucional, houve parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou favoravelmente à sua aprovação.

No aspecto financeiro, que cabe esta Comissão de Finanças analisar, não encontramos qualquer impedimento para a sua tramitação, razão pela qual somos pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI Nº 12/84

PARECER:

Objetiva o presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, reparar distorções cometidas na tabela de vencimentos de uma das mais importantes carreiras de funcionários desta Casa, qual seja, a dos taquígrafos.

Submetida ao crivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, vem agora o processado para rebater o parecer desta Comissão de Recursos Humanos.

No que respeita à competência desta Comissão, nada temos a opor à medida proposta que, além de justa, está revestida das formalidades legais e regimentais.

Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente

NELSON VASCONCELLOS — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nílso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Cleveândia. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 125/84, de sua autoria. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n.º 108/84, que dispõe sobre a movimentação de referências, progressão e ascensão funcionais previstas na Lei 7784. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n.º 113/84. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 142/83. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência às Proposições números 110, 111, 112, 113 e 118/84, respectivamente Vetos aos Projetos de Lei n.ºs 26/83, 157/83, 76/83, 28/84 e 189/83. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando Dispensa de Publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 02, 24, 25, 33, 35, 38, 39, 44 e 45/84, e aos Projetos de Resolução n.ºs 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23 e 24/84. —

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência, por gentileza, determinasse a especificação dos projetos.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa atende. (Lê): "... seja concedida a dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 02, 24, 25, 33, 35, 38, 39, 44 e 45/84, e aos Projetos de Resolução n.ºs 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23 e 24/84. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encaminhando esboço de anteprojeto de lei criando o Conselho de Contas dos Municípios do Paraná, como sugestão inicial tendente à instituição deste Colegiado, ainda ausente da estrutura político-administrativa do Estado. — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Solicito que Vossa Excelência registre nos Anais da Casa, que a Bancada do PDS votou contra à proposição do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa atende.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a criação de um curso secundário na Escola Bernardino Schleder, no Município de União da Vitória. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à nova Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Palmas - ACIPA. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo mensagem a esta Casa instituindo a elevação de nível por avanço vertical por habilitação "semestralmente", em favor do magistério paranaense. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela criação da Associação dos Produtores de Quitandinha. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial do Informativo do Conselho Regional de Medicina Veterinária, publicado no mês de abril do corrente ano. — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao poeta escritor Apolônio Taborda França, pelo lançamento do seu livro intitulado "Os nossos pés de todos os dias". — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a criação e instalação de um núcleo de manutenção do DER para o Município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à COAGEL - Cooperativa Agropecuária Goioerê Ltda., pela passagem do seu décimo aniversário. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, encarecendo a criação de escritório da Coordenadoria de Proteção e Orientação ao Consumidor - CODEC, no Município de Cascavel. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a perfuração de um poço artesiano no Distrito de São Luiz, no Município de Mariluz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do vigésimo terceiro aniversário do Município de Quitandinha. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 215.º aniversário do Município da Lapa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a construção de uma cancha de esportes no Município de Florestópolis. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a reforma parcial da Escola Estadual Dr. Francisco G. Beltrão,

Ensino de 1.º Grau, no Município de Ibioporã. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Administração, encarecendo seja efetuado o pagamento dos funcionários do Estado, obedecendo critério do R.G. até no máximo o dia 25 de cada mês. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação da PR-281, na altura do KM 86, entre os Municípios de Francisco Beltrão e Planalto. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um posto de atendimento da ACARPA, no Município de Barra do Jacaré. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada ligando os Municípios de Nova Cantú a Mamborê. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados em reformas de alguns setores do Colégio Professor João Farias da Costa - Ensino de Primeiro e Segundo Graus, no Município de Nova Cantú. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o cascalhamento da rodovia BR-158 (Campo Mourão a Roncador) ao Colégio Agrícola, localizado no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo solucionar o impasse entre os motoristas que transportam soja e demais produtos ao Município de Paranaguá, e as empresas proprietárias daquelas mercadorias, no que diz respeito ao pagamento de uma taxa a fim de poderem estacionar seus caminhões nos locais determinados. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio de demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Juiz Dr. Négi Calixto, por sua nomeação para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Dr. René Ariel Dotti, pelo trabalho que realizou integrando as comissões encarregadas da elaboração dos anteprojetos do novo Código Penal Brasileiro e da Lei de Execução Penal. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio

de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a criação de um Núcleo de Manutenção do DER, no Município de Mariluz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a suspensão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito durante o período de recesso parlamentar, durante o qual não correrão os prazos para o seu funcionamento, que serão restituídos quando do reinício dos trabalhos. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de maior cota de materiais de consumo para a Escola Estadual Monteiro Lobato, Ensino de Primeiro Grau, no Município de Terra Boa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a doação de um trator para prestar auxílio especialmente aos pequenos proprietários rurais do Município de Janiópolis. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Miguel Alves de Oliveira, pela conquista do Prêmio Produtividade Rural, em âmbito regional, possuindo sua propriedade localizada no Município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, com apoio de demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo seja feita apuração sobre os incidentes ocorridos durante o comício pelas Diretas Já. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a remessa de armas e munições para a Delegacia do Município de Cambira. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a liberação de verba para reformas da Cadeia Pública do Distrito de Itacolomi, no Município de Cambira. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de verba para o recapeamento asfáltico da Avenida Marília, no Município de Mariluz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação do acesso da PR-180, ao Município de Moreira Salles. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a instalação de um aparelho de telefonia para a Escola Estadual Monteiro Lobato - Ensino de Primeiro Grau, no Município de Terra Boa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a instalação de uma farmácia para prestar atendimento junto aos segurados daquele órgão no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a destinação de dois tratores de esteiras que serão utilizados na construção de micro bacias, bem como na preservação do meio ambiente localizado no Município de Nova Cantu. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a liberação de recursos financeiros, bem como apoio em termos técnicos na conclusão das instalações da Escola de Aplicação Professor Nuno e Silva, no Município de Peabiru. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e Esporte, encarecendo a liberação de verba para a reforma do gramado do Estádio de Futebol do Distrito de Itacolomi, no Município de Cambira. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 02/84, 24/84, 25/84, 33/84, 35/84, 38/84, 39/84, 44/84, 45/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 14/84, 15/84, 16/84, 17/84, 18/84, 19/84, 21/84, 22/84, 23/84, 24/84.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 141/84 e do Projeto de Resolução n.º 108/84.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 12/84, 42/84, 49/84, 57/84, 94/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 35/84, 36/84, 37/84, 38/84, 39/84, 40/84, 41/84, 42/84, 113/84.

Levanta-se a Sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Orlando Pessuti, em sessão do dia 26 de junho de 1984.

PROBLEMAS DO LEITE EXIGEM URGENTE TOMADA DE MEDIDAS

A organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) elaborou um trabalho sobre as condições de alimentação na América Latina, onde conclui que a explosão demográfica das grandes cidades transferiu a pobreza e a fome do campo para a região urbana, tendência que piorará nos próximos anos porque a população (364 milhões em 1980) duplicará em 28 anos e 100 por cento desse crescimento populacional será urbano. À margem disso está a crise econômica que atinge todo o continente, colocando como primeiras vítimas as crianças, das quais há 75 milhões na América Latina em condições de extrema pobreza, segundo dados da Unicef.

Dentre estas, 25% das crianças brasileiras menores de 6 anos sofreram desnutrição em 1980.

Em seu livro "Geografia da Fome", publicado pela primeira vez em 1947, Josué de Castro, que ocupou a direção da FAO, já informava da existência de 50 milhões de latino-americanos, entre adultos e crianças, sofrendo de uma ou mais das várias carências alimentares, e explicava: "A alimentação do brasileiro tem-se revelado à luz dos inquéritos sociais realizados, com qualidades nutritivas bem precárias... chega-se à conclusão de que as causas fundamentais dessa alimentação em regra tão defeituosa são mais produto de fatores sócio-culturais do que de natureza geográfica".

Mas, se a pobreza leva a fome e desnutrição, há casos de falta ou irregularidade no abastecimento, que atingem outras milhares de pessoas que teriam condições de adquirir pelo menos os produtos básicos à alimentação. Tal é o caso do leite, cuja produção tem-se revelado insuficiente, e do qual milhares de pessoas, principalmente as crianças dos grandes centros urbanos se vêem privadas em determinadas épocas do ano, ou são obrigadas a racioná-la. Na entressafra formam-se filas às portas das panificadoras e quitandas, para a aquisição de uma limitada quota de leite. No caso do Paraná, em situação normal, isto seria inadmissível, pois o Estado é o 4.º produtor nacional, com quase 8% do total do leite brasileiro. Os paranaenses perdem em produtividade para o Rio Grande do Sul e São Paulo, apresentando uma média de 883 litros por vaca/ano. A qualidade do leite paranaense, por outro lado é considerada das melhores do País.

"Entre janeiro e junho de 1983, houve no Norte do Paraná, uma redução entre 30 e 40% na produção leiteira, apesar deste ter sido um ano bom para a pecuária leiteira, sem geadas ou outros acidentes", disse o médico-veterinário Guilherme Atilio Kniebel, que também é produtor, num encontro realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, promovido pela Comissão de Agricultura, no dia 3 de abril, sobre o tema "Leite - produção e abastecimento do Estado do Paraná". Pelo ciclo normal, a produção leiteira paranaense começa a se recuperar em meados de junho, indo ao máximo de aproveitamento em outubro, quando se estabiliza. Em janeiro, a produção volta a decair.

Mas fora o fator sazonalidade, há o elevado custo dos insumos que elevam o preço de produção a tal ponto, que com o leite tendo seu preço tabelado pelo governo torna-se uma atividade econômica em vias de inviabilizar-se. Em 1983, somente um índice permaneceu abaixo do reajuste do leite: o dos salários. Contra um reajuste de até mais de 400% para alguns insumos, houve no ano passado uma correção de 222% para o leite "in natura". Como o reajuste salarial ficou abaixo disto, o produto vai distanciando-se do poder aquisitivo popular. Uma forma de contornar a situação, seria fazer baixar o custo do leite através do aumento de produtividade, mas isto exige investimentos altos, que os produtores não se arriscam a fazer. Com o aumento da produtividade, até se chegar a excedentes, os mesmos poderiam ter armazenados em forma de leite em pó. Mas, o próprio governo federal, que é o maior comprador do produto, o reajustou em apenas 137% em 1983. O governo estadual, por seu lado, faz incidir sobre o leite em pó uma alíquota de ICM de 17%. Como resultado, em 81, durante a maior crise do setor leiteiro, a Kambi S.A., de Londrina, a única fábrica de leite em pó do Paraná estava com uma dívida para com o Estado de Cr\$ 600 milhões, de ICM, e ameaçava fechar a qualquer momento. Para salvá-la, foi constituída a Confepar (Confederação das Cooperativas Agropecuárias do Paraná), formada por 4 cooperativas centrais. A dívida foi paga, e apesar de estar funcionando com capacidade ociosa, a empresa é obrigada a recolher mensalmente Cr\$ 200 milhões de ICM, apesar de estar operando com prejuízo: (durante o exercício de 1983, este foi de Cr\$ 800 milhões).

Portanto, o leite em pó, considerado um produto social destinado a alimentar os pobres, e basicamente empregado em programas especiais, e que também presta-se à formação de estoques reguladores, tem se constituído, no Paraná, em mais um ônus aos produtores.

Vê-se o governo central diante de um impasse, com o produtor tendo de sobreviver e o consumidor não podendo perecer. É o círculo vicioso do tabelamento se fechando, e prendendo numa armadilha às autoridades federais, que o criaram. Em princípio, duas alternativas, se apresentam ao governo federal, a liberação dos preços, ou o subsídio ao leite. O produtor é que não pode continuar subsidiando o consumidor. Outra proposta dos produtores, é o tabelamento dos preços dos insumos da pecuária leiteira, para impedir a sua inviabilização. E hoje já há produtores vendendo para abate parte de seu plantel, formado ao longo de muitos anos, com um altíssimo investimento. Outras sugestões apresentadas durante o encontro foram: que o governo providencie verba para financiamentos, mesmo a juros normais; formação de estoques de matéria prima para ração e pastagens, colocando-a à disposição das cooperativas que trabalham com a pecuária leiteira; reajustes aos insumos na época e percentuais do concedido ao leite; redução do teor obrigatório de gordura no leite, de consumo especial, para compensar no produto industrializado, dando condições às cooperativas de melhorarem o preço para o produtor; produção de feno e outras forrageiras nos aproximadamente 3 milhões de hectares de solos férteis que no período de inverno permanecem ociosos; e, criação da Comissão Estadual do Leite, encarregada de manter a discussão a respeito dos problemas do setor, em busca de soluções. "Acreditamos que a hora é propícia para o governo se conscientizar do problema do leite, empenhando-se de zelar pelo atendimento às necessidades do povo. E nesse contexto, a pecuária leiteira apresenta-se como importante fator, dentro da agropecuária como um todo, para a retomada do processo de desenvolvimento do País", disse o Deputado Orlando Pessuti, que coordenou a reunião.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado Márcio José de Almeida e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Guimarães Vasconcellos, Amélia Hruschka e Tuguio Setogutte. Verificada a existência de número legal o Senhor Presidente deu por aberto os trabalhos, passando em seguida a leitura da Ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observação. Estiveram presentes os seguintes convidados Senhor Gastão Izidro F. da Silva, da (S.E.S.B.), Doutor José Cândido Muricy, da (Clini Hauer), Doutor Valfrido M. Leal, da Paraná Clínicas, Senhor Amadeu R. Candeu, do (I.P.E.), Senhor Eduardo França, do (I.P.E.), Senhora Elcy Vivan, da (S.E.S.B.) e Senhora Inah Pedroso para quem dela quizesse fazer uso. Usando a palavra em nome dos Farmacêuticos presentes, o Senhor Amadeu Renato M. Candeu, apelou aos Senhores Membros da Comissão de Saúde, que os mesmos interferissem junto a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado o envio de Mensagem ao Poder Legislativo, criando-lhes o Quadro Próprio dos Farmacêuticos. Na mesma reunião, ficou determinado que uma Comissão integrada por dois membros da referida classe e o Senhor Deputado Márcio de Almeida, no próximo dia 24 do corrente mês, em audiência com o Senhor Governador, solicitaram tal reivindicação. Deliberou-se na presente reunião que os Senhores Deputados, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, 1.º e 2.º Secretários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, respectivamente e a Senhora Depu-

tada Amélia Hruschka, tratariam junto ao Senhor Secretário de Estado de Saúde e do Bem-Estar Social, face a extinção do Serviço Social do Poder Legislativo, fossem realizados Convênios com os Hospitais da Rede Estadual, o atendimento de indigentes que ocorrem diariamente à Assembléia Legislativa, solicitando o auxílio médico hospitalar. Antes de dar por encerrada a presente sessão, o Senhor Presidente comunica que vai iniciar a programação de visitas aos Hospitais Públicos do Estado, no dia 25 do corrente mês, na seguinte ordem: Pronto Socorro Psiquiátrico - 9:00 horas; Hospital Oswaldo Cruz - 10:30 horas; Hospital Victor do Amaral - 14:00 horas; Centro de Triagem da Promopar - 16:00 horas, e finalmente anuncia que, diante do noticiário, através da Imprensa, referente a Convênio firmado entre a CEME e a União Municipalista do Paraná, propiciando medicamentos a Prefeituras do Partido Democrático Social, a Comissão decidiu convidar, para prestar esclarecimentos na reunião do dia 29 do corrente às 9:00 horas, os Senhores Doutor Luiz Cordoni Júnior, Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Coronel Nilson Rebordão, Presidente da Central de medicamentos de Brasília e Doutor Aurélio Regazzo, Prefeito Municipal de Nova Aurora. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim Iolanda G. M. de Castro, Secretária da Comissão.

MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA

Presidente

IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO

Secretária

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado Márcio José Almeida e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Guimarães Vasconcellos, Amélia Hruschka, Orlando Pessuti, Tuguio Setogutte. Verificada a existência de número legal o Senhor Presidente deu por aberto os trabalhos, passando em seguida a leitura da Ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observação. Antes de conceder a palavra aos Senhores membros da Comissão e convidados, o Senhor Presidente faz o seguinte comunicado: dos assuntos existiam na pauta, sendo um relativo a medicamentos da CEME, assunto da reunião anterior, e que solicitados a presença do Prefeito de Nova Aurora, Secretário da Saúde e representante da CEME, para esclarecimentos do Convênio firmado entre a União Municipalista do Paraná e CEME, que se restringe a aglotinar Municípios do Partido Democrático Social. O Senhor Prefeito de Nova Aurora, por telefone comunica que não poderia comparecer. O segundo assunto é relativo à Assistência Social da Assembléia Legislativa do Estado, assunto solicitado pelo Senhor 1.º Secretário da Casa, que além da Comissão Especial a própria Comissão de Saúde também tratasse do assunto. Comunica também da visita à vários Hospitais, sem aviso prévio e que faria um relato na próxima reunião. Em seguida concedeu a palavra ao Senhor Secretário da Saúde: Doutor Luiz Cordoni Júnior. O Senhor Secretário informa que o laboratório da Secretaria da Saúde que estava praticamente abandonado em outras gestões e que tão logo assumiu a Secretaria de Saúde tomou a iniciativa de promover reformas e recuperação dos equipamentos e que permitirá a produção de varios medicamentos. Apresentou o relatório da distribuição de medicamentos à vários Municípios do Estado. Para melhor elucidar a presente Ata, fica arquivada na Comissão de Saúde

as notas taquigráficas da presente reunião. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim Iolanda Guimarães Melo de

Castro, Secretária da Comissão.

MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA

Presidente

IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO

Secretária